

Ricardo Abramovay (Coord.) . Milton Silvestro
Nelson Cortina . Ivan Tadeu Baldissera
Dilvan Ferrari . Vilson Marcos Testa

JUVENTUDE E AGRICULTURA FAMILIAR:

Desafios dos novos padrões sucessórios



Juventude e agricultura familiar:

Desafios dos novos padrões sucessórios

Ricardo Abramovay (Coord.)

Milton Silvestro

Nelson Cortina

Tadeu Baldissera

Dilvan Ferrari

Vilson Marcos Testa



Edições UNESCO - 1998

UNESCO - Brasil

Conselho Editorial

Jorge Werthein
Maria Dulce Borges
Célio da Cunha

Comitê de Desenvolvimento Social

Julio Jacobo Waiselfisz
Celso Schenkel
Carlos Alberto Vieira

Capa e arte gráfica: Carlos Clemen

Fotolito e Impressão: Gráfica Positiva - (061) 344-1999

Revisão: Ana Maria Viana Freire

Assistente Editorial: Vera Ros

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Responsável: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões

sucessórios / Ricardo Abramovay ...[et al.]. – Brasília :

Unesco, 1998.

104 p. ; 21 cm.

ISBN 85-85014-37-7

I. Agricultura familiar. 2. Juventude rural. I. Abramovay,

Ricardo. II. Título: desafios dos novos padrões sucessórios.

CDU 631.5-051

Reprodução permitida desde que citada a fonte.

1ª edição - 1998 - Copyright UNESCO

Representação no Brasil

SAS - Quadra 5 Bloco H - Lote 6 Ed. CNPq/IBICT/UNESCO - 9º andar

70070-914 - Brasília - DF - Brasil

Tel: (55 61) 223-8684

Fax: (55 61) 322-4261

E-mail: UJBRZ@unesco.org



SUMÁRIO

Apresentação	09
1 Introdução	15
1.1 A especificidade da questão sucessória na agricultura	17
1.2 Método, alcance e limites	20
2 Padrão reprodutivo das unidades familiares até o final dos anos 1960	27
2.1 O predomínio do <i>minorato</i>	29
2.2 Terra para todos os filhos	30
2.3 Filho de agricultor é agricultor	33
2.4 Continuidade e mobilidade	34
3 Quem serão os agricultores (e as agricultoras) do futuro?	39
3.1 Opção ou fatalidade	40
3.2 Diferenciação social dos processos sucessórios	56
3.3 O fim do <i>minorato</i> e a implosão dos padrões sucessórios	60
3.4 O poder paterno	66
3.5 O viés masculino dos processos sucessórios	72
4 Conclusões e propostas	89
5 Agradecimentos	95
6 Literatura citada	97
Box I - Caracterização do município de Saudades	21
Box II - Consolidados, em transição, em exclusão	23
Box III - O que é jovem? O universo da pesquisa em Saudades	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Critério da escolha do sucessor no estabelecimento do pai do atual responsável	29
Tabela 2 - Atribuição de terra aos atuais responsáveis e seus irmãos ..	31
Tabela 3 - Formas de compensação dos filhos que não ficaram com a terra na família dos atuais responsáveis	32
Tabela 4 - Influência dos pais dos atuais responsáveis na opção profissional dos filhos	33
Tabela 5 - Origem da propriedade ocupada pelos atuais responsáveis	35
Tabela 6 - Número de pessoas entrevistadas por categoria, gênero e idade	38
Tabela 7 - Futuro desejado e provável dos rapazes	41
Tabela 8 - Futuro desejado e provável das moças	42
Tabela 9 - Os rapazes e a profissão agrícola	43
Tabela 10 - Influência do pai na opção profissional dos filhos	45
Tabela 11 - Opção profissional dos rapazes com relação a sua instrução e seu treinamento	46
Tabela 12 - Opção profissional das moças com relação a sua instrução e seu treinamento	47
Tabela 13 - As moças e a profissão agrícola	48
Tabela 14 - Opinião dos rapazes a respeito do grau de estudo necessário para exercer a profissão agrícola	49
Tabela 15 - Cursos profissionais freqüentados pelos rapazes	50
Tabela 16 - Cursos profissionais freqüentados pelas moças	50
Tabela 17 - Técnicas e métodos produtivos a serem adotados quando assumir a gestão da propriedade	52
Tabela 18 - Principais obstáculos ao exercício da profissão agrícola	53
Tabela 19 - Condição colocada para exercer a profissão agrícola fora do oeste catarinense	54
Tabela 20 - Expectativa quanto à continuidade do estabelecimento	57

Tabela 21 - Perspectiva de partilha da terra no processo sucessório....	59
Tabela 22 - Critério de escolha do sucessor no estabelecimento atual .	62
Tabela 23 - Relação entre a família e os filhos que saíram quanto ao patrimônio e a renda	64
Tabela 24 - Distribuição dos bens na sucessão patrimonial	65
Tabela 25 - Momento da transferência hereditária - I	67
Tabela 26 - Momento da transferência hereditária - II	67
Tabela 27 - Reação do pai diante de propostas feitas pelos filhos	68
Tabela 28 - Divisão do trabalho e da gestão no interior do estabelecimento	69
Tabela 29 - Recompensa dos filhos pelo trabalho na propriedade	70
Tabela 30 - Atividades geradoras de renda para os jovens	71
Tabela 31 - Problemas que dificultam o exercício da atividade agrícola .	77
Tabela 32 - Trabalho das moças, doméstico e na lavoura	79
Tabela 33 - Apreciação sobre o trabalho agrícola	79
Tabela 34 - Relação com agentes externos à propriedade - I	81
Tabela 35 - Relação com agentes externos à propriedade - II	82
Tabela 36 - Possibilidade de as filhas serem sucessoras - I	83
Tabela 37 - Possibilidade de as filhas serem sucessoras - II	84
Tabela 38 - Motivos para continuar na profissão paterna - I	85
Tabela 39 - Motivos para continuar na profissão paterna - II	86

Sobre os Autores:

*Ricardo Abramovay^I
Milton Silvestro^{II}
Nelson Cortina^{III}
Tadeu Baldissera^{IV}
Dilvan Ferrari^V
Vilson Marcos Testa^{VI}*

-
- I. Sociólogo, Dr. Professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, Av. Prof. Luciano Gualberto, 908, Fone (011) 212-9421 - São Paulo, SP. E-mail: abrmovay@usp.br
 - II. Eng. agr., M.Sc., Cart. Prof. nº 5.472-D, Crea-SC, Epagri/Centro de Pesquisas sobre Pequenas Propriedades - CPPP, C.P. 791, Fone (049) 723-4877, 89801-970 - Chapecó, SC. E-mail: milton@epagri.rct-sc.br
 - III. Adm., M.Sc., Cart. Prof. nº 519, Crea-SC, Epagri/Centro de Pesquisas sobre Pequenas Propriedades - CPPP, C.P. 791, Fone (049) 723-4877, 89801-970 - Chapecó, SC.
 - IV. Eng. agr., M.Sc., Cart. Prof. nº 58.479-D, Crea-RS, Epagri/Centro de Pesquisas sobre Pequenas Propriedades - CPPP, C.P. 791, Fone (049) 723-4877, 89801-970 - Chapecó, SC.
 - V. Eng. agr., Esp., Cart. Prof. nº 5.822-D, Crea-SC, Epagri/Centro de Pesquisas sobre Pequenas Propriedades - CPPP, C.P. 791, Fone (049) 723-4877, 89801-970 - Chapecó, SC.
 - VI. Eng. agr., M.Sc., Cart. Prof. nº 4.697-D, Crea-SC, Epagri/Centro de Pesquisa sobre Pequenas Propriedades - CPPP, C.P. 791, Fone (049) 723-4877, 89801-970 - Chapecó, SC.

APRESENTAÇÃO

*Murilo Flores**

Agricultura familiar, assim denominado o setor da agricultura em que os gerentes ou administradores dos estabelecimentos rurais são também os próprios trabalhadores rurais, é o maior seguimento em número de estabelecimentos rurais do país, e tem significativa importância econômica em diversas cadeias produtivas. Apesar disso, este seguimento não havia sido incluído nas estratégias de desenvolvimento do meio rural brasileiro até a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - que criou novas perspectivas de revisão do modelo agrícola nacional, no sentido de inserir econômica, social e politicamente estes agricultores no processo de desenvolvimento social.

Inúmeras teses têm subsidiado o modelo agrícola até então vigente no Brasil. Fortalecido pela modernização da agricultura promovida nas últimas décadas, este modelo acelerou o processo de marginalização dos agricultores familiares, contribuindo para aumentar o êxodo rural e o esvaziamento das pequenas cidades do interior. Hoje, muitas dessas teses estão sendo fortemente questionadas, seja por evidências do comportamento da própria sociedade, seja por estudos que protejam alternativas diferentes das que existem no país.

* Secretário de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Apesar das contribuições fornecidas por diversos estudos desenvolvidos por universidades, institutos de pesquisa ou organizações não-governamentais, ainda são poucas as informações disponíveis para subsidiar a definição de políticas públicas de desenvolvimento mais ajustadas às necessidades da agricultura familiar e mais coerentes com a construção de um novo modelo agrícola para o Brasil.

Este trabalho vem contribuir para o preenchimento de parte dessa lacuna ao nos remeter a importantes discussões sobre a juventude rural e também à questão do gênero na agricultura. Embora o foco principal esteja nos desafios dos novos padrões sucessórios, levanta relevantes informações a respeito da expectativa de vida dos jovens que vivem em propriedades agrícolas de economia familiar.

Em que pesem as limitações de generalizações dos resultados obtidos pelo trabalho, por se tratar de um estudo de caso em um município da região oeste de Santa Catarina, as informações coletadas nos levam a acreditar que a própria questão êxodo rural, ao invés de ser o processo irreversível, pode ser reduzida se houver a opção pelo desenvolvimento rural. As informações e conclusões do trabalho nos mostram, primeiramente, a necessidade de aprofundamento sobre os temas relativos à juventude e ao gênero no meio rural. Em seguida nos levam a considerar que também os programas de governo, em particular, o PRONAF precisam ficar atentos à complexidade da manutenção dos jovens em atividades agrícolas. Dar acesso à terra a filhos de agricultores familiares, cuja extensão da propriedade não permite a subdivisão, é uma ação importante. Seus resultados, porém, podem ser diferentes do esperado se não for acompanhada de ações complementares que permitam a esse jovem encontrar perspectiva de satisfação das suas expectativas.

Os dados encontrados, ressalvadas mais uma vez as restrições quanto a generalização das conclusões a partir da pesquisa, nos indicam, de todos os modos, que necessariamente há que se fazer outros tipos de investimentos, sociais e econômicos, dando ao jovem motivação para a sua permanência não só na atividade agrícola, mas para permanecer no meio rural e nas pequenas cidades do interior, reduzindo-se o êxodo para as grandes cidades e criando, em nível de localidade, opções para que suas expectativas possam ser alcançadas.

Juventude e agricultura familiar:

**Desafios dos novos
padrões sucessórios**

Ricardo Abramovay (Coord.)

Milton Silvestro

Nelson Cortina

Tadeu Baldissera

Dilvan Ferrari

Vilson Marcos Testa

I. INTRODUÇÃO

Sucessão profissional, transferência hereditária e aposentadoria: em torno destes termos é que se desenrolam os processos sociais por que passa a formação de uma nova geração de agricultores. Trata-se reconhecidamente de tema pouco estudado entre nós, contrariamente ao que ocorre nos países capitalistas centrais e particularmente na Europa Ocidental. Com o objetivo fundamental de levantar hipóteses de trabalho e indicar caminhos futuros de pesquisa e de intervenção pública sobre o assunto, o presente relatório resulta de um trabalho levado adiante no município de Saudades, no oeste de Santa Catarina, região sabidamente representativa do ponto de vista da agricultura familiar. A aplicação de um questionário fechado junto a 53 famílias permitiu conhecer aspectos do processo sucessório cujo interesse extrapola por certo o município da pesquisa. Tanto mais que, a partir de um estudo socioeconômico realizado previamente, foi possível (com limites que serão explicados no decorrer do texto) estabelecer algumas relações entre processos sucessórios e a situação social das famílias estudadas.

O êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar atinge hoje as populações jovens com muito mais ênfase que em

momentos anteriores. Ao **envelhecimento** acopla-se, mais recentemente, um severo processo de **masculinização** da juventude¹. As moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes. Este “viés de gênero” no êxodo rural não parece estar ligado a oportunidades particularmente favoráveis no mercado de trabalho urbano, mas à precariedade das perspectivas assim como ao papel subalterno que continuam a ter as moças no interior das famílias de agricultores. Diferentemente do que ocorria até o final dos anos 60, o horizonte que consistia em reproduzir quase automaticamente - em um quadro social marcado pela força dos laços comunitários - os papéis tradicionais de mãe e esposa é cada vez mais longínquo. Por um lado, são mais escassas as possibilidades objetivas de formação de novas unidades familiares de produção. Por outro, são maiores as alternativas de que dispõem as jovens àquele que foi o destino secular de suas antepassadas.

Quem serão os responsáveis pela gestão da agricultura e do meio rural daqui para a frente? Deixar que as próprias unidades familiares de produção respondam a esta questão é perder a oportunidade de utilizar socialmente vocações e capacidades profissionais e, sobretudo, encarar como fatalidade inelutável a desertificação social, econômica e cultural que ameaça tantas regiões brasileiras hoje. Tema tão relevante como o da ocupação do espaço rural exige uma política pública de acompanhamento, e, em alguns casos, de intervenção. É urgente que o êxodo rural deixe de funcionar como o processo que ameaça fazer da reforma agrária um jogo de soma zero (ou negativa), onde os assentamentos realizados de um lado jamais compensam os “desassentamentos” sofridos do outro, como num tanque em que a força da torneira parece sempre menor que o poder de sucção do ralo.

¹ O trabalho sobre juventude e agricultura familiar motivou uma pesquisa nacional a partir das informações dos Censos Demográficos e da Contagem Populacional de 1996, cujos principais resultados estão em Camarano & Abramovay (1997).

A questão sucessória no campo não pode ser encarada estritamente como um tema microeconômico da administração empresarial. O que está em jogo neste processo, mais que o futuro de certas empresas e famílias, é o próprio destino de boa parte das regiões que hoje passam por processos severos de êxodo rural. A América Latina é um continente **submunicipalizado**, para empregar a feliz expressão de Ortega (1992) que lembra que enquanto um país como a França possui em torno de 27 mil unidades administrativas no campo a América Latina e o Caribe, juntos, chegam apenas a 17 mil (Ortega, 1996, p. 246). Longe de exprimir máquina pública mais enxuta, este contraste revela a pobreza da vida política e associativa no meio rural do continente e a quase inexistência de uma sociedade civil capaz de mostrar-se em instituições estáveis e construtivas no campo. É, em grande parte, em torno dos temas ligados à sucessão que vai ser decidido se o espaço rural poderá ser vitalizado com um grupo de jovens envolvidos em sua valorização ou se ele rumará inelutavelmente para o esvaziamento.

O principal objetivo deste trabalho é - com base numa pesquisa de campo muito localizada e cujos limites serão apontados a seguir - expor as mudanças por que vêm passando os processos sucessórios em regiões de predomínio da agricultura familiar do sul do Brasil e, sobre esta base, sugerir políticas que permitam ampliar as chances de realização profissional dos jovens no mundo rural e de sua contribuição à construção daquilo que é visto tão freqüentemente como uma contradição nos termos: a cidadania no campo.

1.1. A especificidade da questão sucessória na agricultura

Por que razão é importante que a sociedade se preocupe, de maneira particular, com a formação das novas gerações de **agricultores**? Afinal, os diferentes institutos de ensino voltados à preparação das novas gerações de torneiros mecânicos, de eletricitistas ou marce-

neiros estão aí para mostrar que, nestes casos, a formação profissional não se faz sem algum tipo de política, de acompanhamento ou de estímulo público. É certo ainda que, nestas profissões, boa parte do saber pode também ser passado de pai para filho - embora com maior frequência nos casos em que houver produção artesanal em domicílio.

O que caracteriza a agricultura familiar neste sentido é que o pleno exercício profissional por parte das novas gerações envolve, mais que o aprendizado de um ofício, a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital. Desenvolvido a partir do trabalho de toda a família (ao qual o jovem se incorpora desde criança) este patrimônio possui um duplo conteúdo social: por um lado ele é a base material de um negócio mercantil e por outro é sobre ele que repousa não só a manutenção, mas a própria organização da vida familiar. É neste sentido que a agricultura familiar, mesmo nos países capitalistas centrais onde ela perdeu inteiramente seus traços camponeses², pode ser definida pela unidade entre o negócio e a família.

A formação de novas gerações de agricultores envolve, portanto, um processo composto de três partes (Gasson & Errington, 1993, p. 183):

- A **sucessão profissional**, isto é, a passagem da gerência do negócio, do poder (e da capacidade) de utilização do patrimônio para a próxima geração.
- A **transferência** legal da propriedade da terra e dos ativos existentes.
- A **aposentadoria**, quando cessa o trabalho e, sobretudo, o poder da atual geração sobre os ativos de que se compõe a unidade produtiva.

² Sobre a diferença entre camponato e agricultura familiar profissional ver Ellis (1988) e Abramovay (1992).

Como bem apontam Gasson & Errington (1993, p. 183), cada uma destas palavras designa muito mais um processo - cuja duração depende de cada caso - que um ponto fixo no tempo. E é claro que este processo dá lugar a um sem número de conflitos que vão desde as formas de remuneração dos irmãos não contemplados com a terra paterna até a questão-chave do viés de gênero, que tende a acompanhar o processo sucessório e que - é uma das hipóteses deste relatório - responde, em grande parte, pela severidade do êxodo **das jovens rurais**.

É importante frisar também que embora a **questão sucessória** seja decisiva em qualquer empreendimento familiar³, no caso de que tratamos aqui ela tem uma particularidade decisiva: o negócio exige a continuidade do caráter familiar da gestão e do trabalho e suas dimensões não permitem que dele dependa mais que uma família. Portanto, diferentemente do que ocorre num grande empreendimento fundado no emprego assalariado, a agricultura familiar não pode cindir sua gestão entre dois ou mais irmãos sucessores, na esmagadora maioria dos casos⁴. Se o fizer ela perde o tamanho mínimo que lhe permite viabilidade econômica. Os conflitos geracionais em grandes e médias empresas familiares são, com muita frequência, de terceira geração, enquanto que na agricultura familiar eles vão aparecer na relação direta de uma geração para a outra.

³ Pai rico, filho nobre, neto pobre diz o adágio popular a respeito, traduzindo assim o caráter profundamente desagregador dos conflitos entre parentes próximos (sobretudo os de terceira geração) em grandes e médias empresas de propriedade e gestão, ao menos parcialmente, familiares. Jornais especializados em economia trazem, com frequência, cursos voltados a este tema e destinados a médias e grandes empresas: não há qualquer esforço semelhante com relação a empresas onde a gestão e o trabalho sejam familiares, apesar de sua importância social e econômica, sobretudo no campo.

⁴ Salvo naqueles casos - importantes, mas muito excepcionais - em que um grupo de irmãos decide formar uma sociedade explorada conjuntamente: a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste de Santa Catarina (Apaco), sediada em Chapecó, possui interessante experiência neste sentido (Abramovay & Miranda, 1997).

Se a dimensão do negócio praticamente impede sua subdivisão, ela coloca um problema para o qual os países capitalistas centrais dispõem de políticas públicas e cuja dinâmica - é preciso assinalar - este trabalho de campo não conseguiu revelar: o da remuneração patrimonial daqueles que saem da propriedade.

1.2 Método, alcance e limites

Até aqui foram fundamentalmente os antropólogos que se debruçaram sobre processos sucessórios no sul do Brasil. Os trabalhos de Seyferth (1985), Pappa (1992), Woortman (1994) e Silvestro (1995), entretanto, são muito mais ricos na descrição das formas de passagem do controle social das propriedades de uma geração para outra no passado que nos dias de hoje. O que se busca modestamente aqui é o ponto de vista tanto dos pais como das e dos jovens a respeito dos processos sucessórios pelos quais a atual geração deverá passar.

Para isso foram aplicados questionários no interior de 53 famílias pertencentes a uma bacia hidrográfica bastante representativa daquilo que é a agricultura familiar no oeste de Santa Catarina: município de Saudades (Box I).

Box I

Caracterização do município de Saudades

Até o início do presente século, a região oeste catarinense, onde está localizado o município de Saudades, era ocupada, em sua maioria, por índios e caboclos.

O processo de colonização do município iniciou no ano de 1929 com a chegada das primeiras famílias. O município foi colonizado, na sua grande maioria, por famílias de origem germânica, provenientes do Rio Grande do Sul. É importante lembrar que a vinda dos colonos gaúchos para a região oeste catarinense fazia parte de suas estratégias de reprodução social. Dentro do processo de colonização privada, cada família adquiria uma unidade de terra denominada "colônia", com área de 24,2ha. Posteriormente, muitas famílias gaúchas adquiriram glebas de diferentes tamanhos com o objetivo de "colocar os filhos" que não tinham mais oportunidade de conseguir terra na unidade de origem.

Atualmente o município de Saudades possui uma área de 210km² e uma população de 8.481 habitantes, sendo que 5.934 vivem no meio rural e 2.547 na sede do município (IBGE, 1997).

A estrutura fundiária do município é representativa da região oeste catarinense. São 1.283 propriedades distribuídas em 27 comunidades, com área média de 13,62ha. As principais atividades agropecuárias desenvolvidas são: milho, feijão, fumo, bovinos, suínos e aves.

A ação conjunta de vários fatores adversos gerou um quadro de descapitalização de significativa parcela dos estabelecimentos agrícolas, refletindo-se na dificuldade de criar oportunidades de trabalho, intensificando o êxodo rural e regional, especialmente dos jovens. No período de 1980-91, 995 pessoas deixaram o campo (IBGE, 1983 e 1994). Assim, neste período, a população rural decresceu em 12,80% ou em aproximadamente 1,10% ao ano. Estes dados foram agravados entre o período 1991 - 96 quando houve uma redução da população rural em 836 pessoas (IBGE, 1994 e 1997), reduzindo-se em 12,35% ou, aproximadamente, 2,36% ao ano. Para expressar melhor a magnitude do êxodo rural, segundo a Prefeitura Municipal de Saudades, somente no ano de 1997 mais de 80 famílias deixaram o campo.

Inicialmente, o fluxo migratório, sobretudo dos jovens agricultores, dirigiu-se para as indústrias de calçados do Vale do Rio dos Sinos no Rio Grande do Sul. Mais recentemente, com a crise no setor, os jovens estão emigrando para as grandes cidades para trabalhar no setor de serviços, mais especificamente em restaurantes e lanchonetes.

Tanto em função das vocações profissionais do grupo como em virtude do tempo de que dispunha-se não foi possível um trabalho etnográfico a respeito do tema na região de pesquisa. O tipo de questionário que elaborou-se envolve dois riscos principais:

- As possibilidades de respostas são antevistas pelo pesquisador por meio das alternativas que o informante terá pela frente e não deixadas ao livre arbítrio do entrevistado. Se esta é a condição para que os dados sejam processados e adquiram algum sentido estatístico dentro do universo estudado, é claro que existe o perigo de se enviesar a resposta do agricultor e, sobretudo, de não dar conta, de maneira suficientemente abrangente, do universo de significados no interior do qual ele faz as escolhas diante do questionário. É importante assinalar, neste sentido, que os membros da equipe conhecem bem a região, sendo alguns filhos de agricultores familiares, que viveram pessoalmente os temas envolvidos nas questões sucessórias examinadas. Não parece irrelevante esta circunstância do trabalho, embora não caiba dizer se ela traz mais virtudes do que vícios a seu resultado global.
- Em algumas questões, ampliam-se excessivamente as possibilidades de resposta e o resultado foi uma dispersão que comprometeu qualquer possibilidade de interpretação.

O município de Saudades já havia sido estudado anteriormente por parte de alguns dos membros da equipe e esta foi uma das razões que motivou sua escolha. Inicialmente, a pesquisa deveria ser feita junto às equipes da FAO que realizavam, em cinco regiões do país, estudos sobre sistemas agrários típicos de agricultura familiar. Cedo deu-se conta, entretanto, de que seria impossível submeter uma família a uma dupla bateria de perguntas referentes a sua situação socioeconômica (com vista à caracterização dos sistemas

agrários) e aos temas sucessórios, sob pena de sucumbirem, na tentativa, entrevistados e entrevistadores.

Foi então que a FAO decidiu voltar-se para um dos mais importantes centros de estudos sobre temas ligados à agricultura familiar e que havia publicado há pouco um livro sobre sistemas agrários no oeste de Santa Catarina (Testa et al., 1996). De fato, com o objetivo de aprofundar alguns dos temas de que tratava o livro, o Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades da Epagri, SC (Chapécó) estava particularmente interessado na questão da juventude. Além disso, possuía no município de Saudades um estudo de sistemas agrários que dividia os agricultores em três categorias socioeconômicas segundo suas capacidades geradoras de renda. Uma pesquisa sobre processos sucessórios neste município teria então a imensa vantagem de que as respostas obtidas poderiam ser classificadas em função da situação social das famílias entrevistadas (Box II).

Box II

Consolidados, em transição, em exclusão

Existe sempre uma certa arbitrariedade quando se estabelecem os critérios estatísticos para a obtenção de uma imagem da estratificação social de um certo universo. Tudo depende do critério que se tome para formar as categorias que vão compor os grupos diferenciados. Uma equipe britânica de pesquisa, por exemplo, diferenciou os agricultores segundo seus comportamentos relativos aos processos sucessórios e obteve resultados bastante interessantes (Munton et al., 1992, p. 67).

As pesquisas recentes sobre este tema no Brasil têm procurado uma dupla direção. Por um lado, estabelecem parâmetros que permitem distinguir a agricultura familiar daquela que se apóia fundamentalmente sobre o trabalho, a gestão e a propriedade das famílias - chamada por alguns de agricultura patronal. Mas não há dúvida que a imagem assim obtida desta grande repartição social da agricultura em dois blocos (familiar e patronal) pode variar muito se enfatiza-se

estatisticamente a gestão, o trabalho, a propriedade ou algum tipo de combinação entre os três. A disparidade nos resultados dos trabalhos de Kageyama & Bergamasco (1989/90), Veiga (1995), Abramovay et al. (1996) e da própria FAO (1996) são bons exemplos desta variação.

A segunda direção para onde apontam os trabalhos recentes (e é onde as pesquisas têm mais avançado) é a definição de critérios de diferenciação interna ao universo da agricultura familiar. A pesquisa de Saudades considera globalmente três **trajetórias**, com base na qual são definidas três **categorias**. É importante frisar que os níveis de renda são apenas um ponto de partida para entender as dinâmicas de inserção e os potenciais dos diferentes setores sociais e não um critério definitivo para classificar os agricultores. Feita esta ressalva, o trabalho subdivide o universo estudado em três categorias básicas:

- **Agricultores consolidados:** são aqueles cuja atividade permite não só a reprodução da família, mas também algum nível de investimento e acumulação. Sua renda de operação agrícola⁵ é superior a US\$ 4.200/família/ano (incluindo a renda atribuída ao consumo de subsistência). Correspondem aproximadamente a um terço do universo pesquisado.
- **Agricultores em transição:** são aqueles que vivem da agricultura, mas que não conseguem realizar investimentos e que, portanto, encontram-se ameaçados de declínio em sua situação socioeconômica. A idéia de transição procura enfatizar o fato de que este declínio não é uma fatalidade e que o agricultor possui base para melhorar seu desempenho caso possa realizar alguns investimentos na propriedade. Sua renda agrícola líquida fica entre US\$ 2.400 e US\$ 4.200 família/ano (incluindo o autoconsumo). Um terço dos agricultores pode ser enquadrado nesta categoria.
- **Agricultores em exclusão:** apesar de sua importância social (também um terço dos agricultores), sua renda não é suficiente para que vivam das atividades realizadas no interior do próprio estabelecimento. Sua renda (inclusive a de autoconsumo) situa-se abaixo de US\$ 2.400 família/ano.

Estes valores correspondem à pesquisa realizada em Saudades, no ano de 1993 (Testa et al., 1996, p. 155).

⁵ ROA – Renda de operação agrícola: - Renda bruta menos os custos variáveis efetivamente desembolsados, menos a depreciação e menos os demais desembolsos efetivos (impostos, taxas, energia etc.), excluídos os investimentos.

Este cruzamento entre a posição de pais, filhos e filhas a respeito dos processos sucessórios e a situação socioeconômica das famílias foi atingido - diga-se logo de início - de maneira bastante parcial. O município de Saudades (com pouco mais de 1% dos 520 mil habitantes rurais do oeste catarinense) não é, evidentemente, representativo da região como um todo; muito menos a bacia hidrográfica estudada em 1993. Aplicando-se o cálculo da amostragem (visando evitar os erros de **obtenção da amostra** com alfa -0,05 e $n = 196$ na tabela t, e de **estimativa da renda** da população e de cada estrato, com média estimativa em torno de 30% da média verdadeira) observou-se que, devido à alta variância nos níveis de renda das categorias sociais, a amostragem não seria possível, sendo necessário fazer um censo.

Mesmo assim, o cruzamento entre a posição dos pais, dos filhos e filhas a respeito dos processos sucessórios e a situação socioeconômica das famílias só foi possível de maneira parcial. Isso porque o número de moças existente foi baixo, expressão do já assinalado processo de masculinização do meio rural: nos 53 estabelecimentos pesquisados, entrevistamos 31 rapazes, mas apenas 16 moças além dos próprios responsáveis pela unidade produtiva⁶.

Apesar destes limites, acredita-se que esta modalidade de trabalho (aplicação de questionários fechados em torno de temas ligados a sucessão) pode revelar aspectos importantes das dinâmicas familiares recentes e, portanto, oferecer boas sugestões tanto para a realização de trabalhos futuros de pesquisa quanto para a própria elaboração de políticas públicas. Tanto mais que o questionário foi testado antes de sua aplicação definitiva com o objetivo de incluir nas alternativas das perguntas itens apontados pelos entrevistados e não previstos até então.

⁶ É importante assinalar que não entrevistamos as "mães" separadamente por questões operacionais.

Não pareceu necessário insistir sobre a influência decisiva da política agrícola e das diferentes modalidades de formação da renda setorial sobre os processos sucessórios. A ênfase, entretanto (sob risco de unilateralidade, é claro), está nas dinâmicas sociais internas às famílias e que estimulam ou bloqueiam o interesse dos e das jovens pelo exercício da profissão agrícola. Dizer simplesmente que uma renda agrícola alta freitaria ou atenuaria os atuais processos migratórios é excessivamente simplificador: as relações intrafamiliares têm um papel central na maneira como é organizado o futuro de cada membro da família. A insistência neste ponto é tanto mais importante que são muito escassos os trabalhos neste sentido, tanto no meio acadêmico quanto no interior dos movimentos sociais.

O trabalho compõe-se de mais três partes, além desta apresentação. No item 2 examinaremos o padrão reprodutivo da agricultura familiar até o final dos anos 60. O que chama a atenção, além da forma dominante de sucessão (o *minorato*), é a preocupação permanente de obter terra para os filhos não contemplados pelo processo sucessório. A mobilidade territorial e o dinamismo do mercado fundiário abriam amplas chances de reprodução para a agricultura familiar do sul do país. Este quadro muda de figura a partir dos anos 70. Na parte 3 do relatório estudam-se os padrões atuais de formação de uma nova geração de agricultores por meio de cinco temas: vê-se em primeiro lugar no item 3.1, que a profissão agrícola desperta ainda um enorme interesse entre os rapazes (embora o mesmo não se possa dizer das moças). No item 3.2, examina-se a magnitude do problema sucessório. No item 3.3, procura-se estudar o padrão que predomina com o fim do regime conhecido como *minorato*. No item 3.4 é o processo sucessório (e fundamentalmente a relação intergeracional) que está em pauta. Por fim, o item 3.5 examina o viés de gênero que acompanha o desenvolvimento e a transmissão da agricultura familiar. No item 4 são resumidas as conclusões e as propostas do trabalho.

2.O PADRÃO REPRODUTIVO DAS UNIDADES FAMILIARES ATÉ O FINAL DOS ANOS 60

A além de alimentos e matérias-primas, os agricultores do sul do Brasil produziam, até o final dos anos 60, algo para eles ainda mais importante: novas unidades de produção familiar, seja ali mesmo onde viviam - por meio da repartição de suas terras - seja pela permanente tentativa de “colocar os filhos”. Havia, portanto, uma fusão entre os objetivos da unidade produtiva e as aspirações subjetivas de seus membros. É claro que nem sempre estes objetivos podiam ser atingidos e tampouco eram raras as ocasiões em que surgiam planos autônomos de realização profissional entre os filhos. Mas era muito forte a **pressão moral** para a continuidade da profissão de agricultor, tanto mais que os horizontes alternativos eram escassos e pouco acessíveis. Por um lado, então, há uma base objetiva que faz da agricultura a perspectiva mais viável de reprodução social para as novas gerações. Por outro, a ligação ao mundo comunitário, a incorporação dos valores próprios à continuidade da profissão paterna estão também na raiz desta fusão entre os objetivos da unidade econômica e as aspirações de seus membros⁷. Quando esta fusão desaparece é que surge a **questão sucessória** na agricultura.

⁷ Nas entrevistas, em geral, pai e mãe respondiam juntos às questões propostas. “A emergência da vontade individual, em detrimento dos interesses do grupo, é percebida como perigosa e, de fato, conduz à dissolução do modelo de organização social do grupo”, diz Woortman (1994, p. 37) em seu estudo sobre a colônia antiga de Novo Hamburgo (RS).

A agricultura familiar no sul do país até o final dos anos 60 é, portanto, antes de tudo, uma máquina de produzir novos agricultores familiares, que responde àquilo que Munton et al., (1992, p. 69) chamam de “ética da continuidade”. Para isso é necessário que ela cumpra dois objetivos aparentemente contraditórios: preservar tanto quanto possível seu patrimônio fundiário (cuja partilha, a partir de um certo ponto, é sinal inequívoco de debilidade) e garantir a instalação de outros membros da família num processo migratório de abertura de fronteira agrícola que se estendeu, a partir dos anos 30, do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, até o oeste de Santa Catarina, daí ao sudoeste do Paraná, entre os anos 1950 e 1970, para atingir então o Centro-Oeste, o Norte do país ou então o Paraguai.

Este duplo objetivo (a integridade do domínio paterno e a instalação de outros filhos) é assegurado, até o final dos anos 60, basicamente de quatro maneiras:

- Pela instituição do *minorato* (também chamado de ultimogenitura) pelo qual a terra paterna é transmitida ao filho mais novo que, em contrapartida, responsabiliza-se por cuidar dos pais durante a velhice (Woortman, 1994; Papma, 1992 E Silvestro, 1995);
- Pelo esforço permanente de dotar os filhos mais velhos dos meios que permitam a reprodução de sua condição de agricultores.
- Pela valorização da atividade agrícola como forma de realização na vida adulta.
- Pela grande mobilidade espacial e um mercado de terras particularmente dinâmico entre os agricultores familiares.

Este trabalho de campo ilustra estas quatro modalidades de reprodução social e mostra como elas se realizam mais plenamente entre os agricultores consolidados que entre os outros.

2.1. O predomínio do *minorato*

A **Tabela I**, com perguntas dirigidas ao chefe do estabelecimento (o pai), revela que em 32,1% dos casos estudados foi o filho mais novo que recebeu terra⁸. A situação não é muito distante da encontrada por Papma (1992, p. 136) em São Judas Tadeu, no Sudoeste do Paraná, onde 42% dos entrevistados acederam à terra que hoje ocupam sob o regime do *minorato*.

Tabela I - Critério da escolha do sucessor no estabelecimento do pai do atual responsável

Questão dirigida ao pai: Quem foi o sucessor na família do seu pai ?				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
<input type="radio"/> O mais velho	11,11	6,25	10,53	9,43
<input type="radio"/> O mais novo	50,00	31,25	15,79	32,08
<input type="radio"/> O mais estudado	0,00	0,00	0,00	0,00
<input type="radio"/> O menos estudado	0,00	6,25	5,26	3,77
<input type="radio"/> O de melhor saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
<input type="radio"/> O que gostava da agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00
<input type="radio"/> O que tinha maior afinidade com os pais	5,56	6,30	5,30	5,66
<input type="radio"/> O que sobrou	5,56	6,30	5,30	5,66
<input type="radio"/> Não teve critério definido	27,78	25,00	31,60	28,30
<input type="radio"/> Ainda não foi definido	0,00	12,50	15,80	9,43
<input type="radio"/> Outros	0,00	6,30	10,50	5,66
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

⁸ Note-se que, se considerarmos apenas os casos em que houve um critério definido (eliminando a linha 9 da tabela) esta proporção aumenta significativamente.

Mas o que chama particularmente a atenção nesta tabela é que a incidência do minorato foi, no passado, tanto maior quanto melhor é hoje a situação socioeconômica da família. Assim, das 18 propriedades de agricultores consolidados, nada menos que 9 correspondem a heranças recebidas por filhos mais novos. Esta proporção cai para 31,3% entre os agricultores em transição e apenas a 15,8% entre os agricultores em exclusão.

2.2. Terra para todos os filhos

Por maiores que fossem os conflitos entre o filho designado como herdeiro e os outros⁹ pode-se dizer que o objetivo básico da unidade produtiva era que a maior quantidade possível de filhos pudesse reproduzir a condição social de agricultor. Se é verdade que a terra paterna tendia a ficar com o filho mais novo, o fato é que, enquanto a sucessão não se concretizava, a unidade produtiva fornecia sustentação seja para compra de outros lotes, seja para apoiar os mais velhos na busca de terra em regiões de fronteira. Enquanto o filho mais novo trabalhava com os pais estava, na prática, ajudando os mais velhos a comprar terras em outros lugares. A **Tabela 2** parece indicar que esta capacidade de instalar novos agricultores é maior entre os consolidados que nas categorias restantes: em oito casos (**soma das linhas 2 e 3 da Tabela 2**) entre os consolidados (44,44%) os pais dos agricultores tiveram condições de dar terra seja a todos os filhos homens, seja a todos os filhos (o que inclui presumivelmente as mulheres). A transferência hereditária está umbelicalmente ligada à sucessão profissional. Esta proporção se reduz a quatro casos entre os agricultores em transição (25%) e a cinco casos entre os em exclusão (26,32%).

⁹ Papma (1992, p. 26 - 27) chega a falar em uma aliança entre o filho mais novo e os pais.

Tabela 2 – Atribuição de terra aos atuais responsáveis e seus irmãos

Questão dirigida ao pai: Dos seus irmãos quem recebeu terra na sucessão da família de seu pai?	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Só um teve terra	16,67	12,50	5,26	11,32
Todos os homens tiveram terra	22,22	12,50	15,79	16,98
Todos os filhos tiveram terra	22,22	12,50	10,53	15,09
Só uma parte dos filhos teve terra	5,56	18,75	10,53	11,32
Ninguém recebeu terra, todos pagaram	33,33	43,75	47,37	41,51
Outros	0,00	0,00	10,53	3,77
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Por mais importante que seja a “aliança” (Papma, 1992) entre os pais e o filho mais novo, ela não significa deserção material dos demais. A **Tabela 3** mostra que somente em sete casos, em 53, ou seja, 13,21% do total, o herdeiro não precisou compensar os demais pelo fato de receber a herança. Embora a preocupação em manter os costumes tradicionais no que se refere à transmissão hereditária esteja presente até hoje, as leis civis acabam formando uma pressão indireta para que os direitos dos não herdeiros sejam observados (Papma, 1992, p. 128 a 134). A **Tabela 3** indica igualmente que a formação de novas unidades produtivas acompanha o

processo de transmissão hereditária: em 30,19% dos casos (e em 8 entre os 18 agricultores consolidados, 44%) os filhos que não ficam com a propriedade são compensados com "dote agrícola", ou seja, com os meios materiais que vão permitir o desenvolvimento da atividade agrícola em outra propriedade. É interessante observar igualmente a quase inexistência, neste período, da compensação em estudo e dinheiro.

Tabela 3 - Formas de compensação dos filhos que não ficaram com a terra na família dos atuais responsáveis

Questão dirigida ao pai: Como foi feita a compensação para os demais filhos, caso só um ou parte dos filhos tenha herdado a propriedade?				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Não tem compensação, o herdeiro fica cuidando dos pais	16,67	12,50	10,50	13,21
Por meio de capitais não agrícolas (lotes, casas, poupança)	0,00	6,25	0,00	1,89
Por meio de "dote agrícola" (máquinas, animais, produto, dinheiro)	44,44	25,00	21,10	30,19
Por meio de estudo e dinheiro	11,11	6,25	5,30	7,55
Os homens receberam terra e a mulher recebeu o "enxoval"	5,56	6,25	10,50	7,55
Todos ganharam terra	11,11	18,75	15,80	15,09
Outros	11,11	25,00	36,80	24,53
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

2.3. Filho de agricultor é agricultor

Falar em “formação profissional” nesta época - no sentido de uma atividade animada por profissionais especificamente treinados e em instituições voltadas para esta finalidade - seria abusivo. O que se pode observar, entretanto, é que a atividade de agricultor era fortemente valorizada na educação dos filhos. A **Tabela 4** mostra que em 52,83% dos casos o pai estimulou todos os filhos a serem agricultores e, como se poderia esperar, esta proporção era bem maior entre os consolidados (13 em 18, ou seja, 72,22%). Note-se que só há dois casos em que o pai desestimulou os filhos a serem agricultores. A abertura de outros horizontes profissionais (**linha 4**, “não influenciou os filhos nem a favor nem contra”) é bem maior entre os agricultores em transição e os em exclusão que entre os consolidados. Vê-se adiante que este quadro mudou radicalmente nos dias de hoje.

Tabela 4 - Influência dos pais dos atuais responsáveis na opção profissional dos filhos

Questão dirigida ao pai: O seu pai e/ou mãe:				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Estimulou todos os filhos a serem agricultores	72,20	50,00	36,80	52,80
Estimulou só um filho a ser agricultor	0,00	0,00	5,30	1,90
Desestimulou seus filhos a serem agricultores	5,60	0,00	0,00	1,90
Não influenciou os filhos nem a favor nem em contra	22,20	50,00	57,90	43,40
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

2.4. Continuidade e mobilidade

Todos os agricultores por nós entrevistados são filhos de agricultores. Esta característica - que não se verifica em outras profissões - é generalizada internacionalmente até hoje. Na Inglaterra, por exemplo, 80% dos agricultores que se dedicam em tempo integral a sua unidade produtiva são filhos de agricultores e metade de todos os agricultores ingleses cultivam exatamente o mesmo pedaço de terra em que trabalharam seus pais (Gasson & Errington, 1993, p. 184).

Entre nós a mobilidade parece maior que a encontrada nos países europeus. A **Tabela 5** mostra que apenas 18,87% dos agricultores entrevistados ocupam aquela que era a sede da propriedade paterna (a proporção sobe para 22,64% se considerarmos também os dois casos em que a propriedade atual veio no dote da esposa). Compraram terra 45,28% dos agricultores, o que aponta para um alto grau de mobilidade. O mercado de terras entre os agricultores familiares, até o final dos anos 60, era bastante dinâmico, conforme Silvestro (1995) constatou em levantamentos de cartório - contrariamente à situação atual em que, por vezes, comunidades inteiras são adquiridas por pecuaristas, comerciantes ou profissionais liberais (Bianchini & Bittencourt, 1996).

Tabela 5 - Origem da propriedade ocupada pelos atuais responsáveis

Questão dirigida ao pai: Qual a origem da propriedade que o senhor ocupa hoje?	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Era sede da propriedade dos pais	16,67	37,50	5,26	18,87
Foi comprada pela família	50,00	31,25	52,63	45,28
Veio no dote da esposa	00,00	6,25	5,26	3,77
Foi comprada por mim	33,33	25,00	36,84	32,08
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Em suma, o processo sucessório e a formação da nova geração de agricultores parece obedecer a uma espécie de automatismo: a agricultura familiar produz, gera novos agricultores familiares. As possibilidades de aquisição ou de ocupação de novas terras oferecem base objetiva para a força dos laços comunitários em que se valorizam a manutenção da casa paterna (Woortman, 1994), mas sobretudo a reprodução do modo de vida ligado à atividade agrícola.

Este ambiente explica em grande parte a própria dúvida a respeito da existência de uma juventude rural neste período: se é verdade, como diz Mannheim (1968, p. 74), que a puberdade nas sociedades modernas caracteriza-se antes de tudo pelo “caos das valorizações antagônicas”, então têm razão os sociólogos alemães dos anos 1920 e 1930 que discutiam a própria existência de uma juventude no meio rural (ver **Box III**). Seu argumento é que há uma transição direta da infância à vida

adulta pela incorporação precoce do indivíduo no mundo do trabalho e, sobretudo, pela intensidade da ligação à ordem social comunitária - o que já não existe entre jovens urbanos¹⁰.

Mesmo que haja algum exagero nesta constrangedora pressão comunitária sobre os comportamentos dos indivíduos, a característica fundamental deste período é uma certa naturalização da continuidade do modo de vida paterno (para os rapazes) - assim como da condição materna (para as moças). A partir dos anos 70 a agricultura familiar do sul do país expõe-se a uma dupla ruptura: por um lado, as possibilidades objetivas de formação de novas unidades produtivas encontram-se cada vez mais limitadas, por outro, a idéia de que, na sua grande maioria, os jovens no campo destinavam-se a reproduzir os papéis de seus pais é cada vez menos verdadeira no interior das próprias famílias. É a partir disso que emerge aquilo que podemos chamar de **questão sucessória** na agricultura: é quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios e pela própria sociedade.

¹⁰ Os principais trabalhos neste sentido são resumidos por Flitner (1968).

Box III

O que é jovem? O universo da pesquisa em Saudades.

*Não existe uma definição universalmente aceita para os limites de idade em que se encontra a juventude. Nos diferentes Clubes 4 S no mundo todo as variações são imensas: no Quênia, sua participação é aberta às crianças a partir de 8 anos. Em Botswana, a idade vai de 10 a 22 anos. Na Colômbia fica entre 16 e 28 anos (Cook, 1996, p. 79). A juventude no campo pode prolongar-se além dos 30 anos quando não se resolve de maneira adequada “a transição aos papéis e direitos adultos” (CEPAL, 1996, p. 24). Segundo as Nações Unidas, a juventude compreende o período entre 15 e 24 anos, embora a CEPAL (1996, p. 251) avance até 29 anos quando se trata de jovens rurais. Neste sentido, tem razão Cook (1996, p. 79), citando um trabalho do Quênia quando define os jovens fundamentalmente pela relação de dependência com o lar dos pais. Foi por esta razão que coloca-se entre os 31 rapazes entrevistados 4 com 30 anos ou mais e entre as 16 moças uma com 33 anos. O limite inferior de idade ficou em 14 anos (um caso) para os rapazes e 13 anos (dois casos) entre as moças. A composição demográfica da pesquisa encontra-se na **Tabela 6**.*

Tabela 6 - Número de pessoas entrevistadas por categoria, gênero e idade

Entrevistados	Consolidado		Transição	Exclusão	Total
Pais	18		15	19	53
Filhos	10		11	10	31
Filhas	6		5	5	16
Total	34		32	34	100
PAIS			FILHOS (AS)		
Idades (anos)	Número	%	Idades (anos)	Rapazes	Moças
				Número	Número
Até 45 anos	6	11,32	13 a 15	6	7
36 a 45	17	32,08	16 a 20	10	6
46 a 55	17	32,08	21 a 25	6	2
56 a 65	7	13,21	26 a 30	6	0
+ 65	6	11,32	+ 30	3	1
Total	53	100,00	Total	31	16

3. QUEM SERÃO OS AGRICULTORES (E AS AGRICULTORAS) DO FUTURO?

Os resultados das entrevistas realizadas com pais, filhos e filhas a respeito dos processos **atuais e futuros de sucessão** serão expostos aqui a partir de cinco temas.

Em primeiro lugar (item 3.1), procura-se examinar as **aspirações** existentes com relação à permanência no meio rural e na agricultura por parte de cada um. Vê-se então que, apesar da profunda crise por que passou o setor desde o início do Plano Real, o desejo de desenvolver a profissão agrícola é bastante alto entre os **jovens**: mas é importante frisar que o mesmo resultado não se encontra entre **as moças**.

Em seguida (item 3.2) tenta-se estimar a **magnitude** do problema sucessório - este estudo de caso vai na direção daquilo que a literatura internacional constata: o problema sucessório existe sobretudo entre aqueles que não conseguem viver das atividades exercidas no interior da unidade produtiva.

O terceiro ponto (item 3.3) refere-se aos novos **padrões** sucessórios, em que veremos o fim do *minorato* e a dificuldade de encontrar um novo modelo sucessório tão coerente como o que existiu até o final dos anos 60.

O quarto ponto (item 3.4) refere-se ao **processo** sucessório, isto é, à passagem do poder sobre a gestão do negócio de uma geração

para a outra. Embora o padrão de relacionamento intergeracional esteja longe do caracterizado no filme de Bertolucci, Padre Padrone, o fato é que as decisões encontram-se extremamente concentradas nas mãos da figura paterna.

Enfim, serão examinadas as **questões de gênero** (item 3.5) ligadas às relações familiares e à sucessão, muitas das quais - é o que nos parece - contribuem a explicar o predomínio do êxodo feminino sobre o masculino entre os jovens.

3.1. Opção ou fatalidade?

Qual a capacidade de “pensamento estratégico” por parte dos jovens rurais? Os trabalhos recentes de Durston (1996a e 1996b) a respeito deste tema mostram bem que é preciso diferenciar as situações nas quais a agricultura e o meio rural para os jovens são uma **escolha** preferencial daquelas que resultam, na verdade, da **impossibilidade de realizar um projeto pessoal**, seja em virtude do peso das relações patriarcais, do papel subordinado da mulher ou da impossibilidade de encontrar caminhos alternativos aos horizontes atuais (Durston, 1996a).

Procurando obedecer a este preceito, na **Tabela 7** o jovem é convidado a responder a respeito de seu destino **desejado e provável**. Dos 31 rapazes entrevistados, 20 (64,52%) têm seu destino **desejado e provável** ligado à agricultura. Antes de concluir que quase dois terços dos jovens desejam ter seu futuro ligado à profissão agrícola, é necessário tomar três precauções.

Tabela 7 - Futuro desejado e provável dos rapazes

Questão dirigida aos rapazes: Qual o seu futuro desejado e provável?				
1. Permanecer na agricultura como proprietário				
2. Permanecer na agricultura como arrendatário				
3. Permanecer na agricultura como operário rural				
4. Permanecer na agricultura com tempo parcial				
5. Trabalhar na cidade como operário ou comerciário ou tendo seu próprio negócio				
6. Trabalhar em ocupação não agrícola que exija estudos				
7. Ficar no meio rural, mas trabalhar em atividades não agrícolas				
8. Outros				
Resposta	Consolidado	Transição	Exclusão	Total
1 e 1	80,00	72,70	40,0	64,52
1 e 4	10,00	0,00	0,0	3,23
1 e 5	0,00	0,00	10,0	3,23
5 e 5	10,00	18,20	10,0	12,90
6 e 6	0,00	0,00	10,0	3,23
6 e 8	0,00	9,10	0,0	3,23
7 e 1	0,00	0,00	20,0	6,45
7 e 7	0,00	0,00	10,0	3,23
Total	100,00	100,00	100,0	100,0

Em primeiro lugar, aquela referente ao tamanho de nosso universo. Em pesquisa realizada durante o ano de 1990 pela Pastoral da Juventude Rural do Rio Grande do Sul (PJR/RS, 1992) junto a 2.000 jovens agricultores de 15 a 29 anos de 12 microrregiões (das 24 existentes no Estado), somente 45,7% dos entrevistados queriam ter “atividades rurais”, proporção bem menor a que encontramos entre os rapazes de Saudades.

Talvez a explicação para este contraste - segunda precaução - esteja no fato de que entrevistou-se separadamente rapazes e moças, contrariamente ao que foi feito na pesquisa da PJR/RS. Por menor que seja o universo representado pelas moças nesta pesquisa (apenas 16 entrevistas) não deixa de ser significativo que, segundo a **Tabela 8**, apenas 4 entre as 16 entrevistadas tenham dito que seu destino **desejado** está ligado à agricultura.

Ainda com a ressalva da limitação do nosso universo, é interessante notar (ver **Tabela 7**) - terceira precaução - que a coincidência entre o futuro desejado e o provável é bem maior entre os filhos de agricultores consolidados (nove casos - soma das **linhas 1, 2 e 3 da Tabela 7**) e em transição (oito casos), e que somente cinco dos dez filhos de agricultores em exclusão respondem nesta direção¹¹.

Tabela 8 - Futuro desejado e provável das moças

Questão dirigida às moças: Qual o seu futuro desejado e provável?				
1. Permanecer na agricultura como proprietária				
2. Permanecer na agricultura como arrendatária				
3. Permanecer na agricultura como operária rural				
4. Permanecer na agricultura com tempo parcial				
5. Trabalhar na cidade como operária ou comerciária ou tendo seu próprio negócio				
6. Trabalhar em ocupação não agrícola que exija estudos				
7. Ficar no meio rural, mas trabalhar em atividades não agrícolas				
8. Outros				
Resposta	Consolidado	Transição	Exclusão	Total
1 e 1	33,33	20,00	20,00	25,00
1 e 5	0,00	20,00	20,00	12,50
4 e 4	16,67	0,00	0,00	6,25
4 e 6	0,00	0,00	0,00	0,00
5 e 1	0,00	20,00	20,00	12,50
5 e 5	16,67	20,00	20,00	18,75
5 e 6	0,00	0,00	0,00	0,00
6 e 4	0,00	0,00	0,00	0,00
6 e 6	16,67	20,00	20,00	18,75
8 e 1	16,67	0,00	0,00	6,25
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

¹¹ O pequeno número de moças entrevistadas não aconselha sua análise estratificada.

Muito mais escolha que fatalidade é o que parece emergir da **Tabela 9** entre os rapazes a respeito da atividade agrícola. Somente um deles respondeu que “gostaria de ter outra profissão, mas provavelmente será agricultor” (sintomaticamente trata-se do filho de uma família em exclusão). Dos 31 jovens entrevistados, 13 (41,94% do total) dizem que gostam e é certo que serão agricultores, 11 rapazes (35,48% do total) desejariam ser agricultores mas vêm dificuldade para realizar este projeto; somente 6 (19,35%) declaram não desejar a profissão agrícola, dos quais metade entre os filhos de agricultores em transição.

Tabela 9 - Os rapazes e a profissão agrícola

Questão dirigida aos rapazes. O que você pensa sobre o seu futuro como agricultor? (Só os filhos respondem)				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Gosta de ser agricultor e é certo que será agricultor	50,00	45,45	30,00	41,94
Gostaria de ter outra profissão, mas provavelmente será agricultor	0,00	0,00	10,00	3,23
Desejaria ser agricultor, mas vê dificuldades	40,00	36,36	30,00	35,48
Não sabe se será agricultor (ainda não pensou nisso)	0,00	0,00	0,00	0,00
Não deseja ser agricultor	10,00	18,18	30,00	19,35
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

De onde vem esta preferência pela profissão agrícola entre os rapazes¹²? Diferentemente do que ocorreu com a geração anterior, em que ser agricultor era, como vimos, um compromisso moral com um certo modo de vida, **a agricultura aparece cada vez mais como escolha entre outras possibilidades, inclusive a migração**¹³. O êxodo rural faz parte dos recursos não controlados pelos pais e dos quais os jovens podem dispor na montagem de suas estratégias de vida (Durston 1996a, p. 59).

Mas é importante levar em conta também que o exercício destas opções perdeu o caráter traumático que teve no passado. Os serviços na área turística e doméstica são, com freqüência, um primeiro passo na tentativa de integração urbana. No oeste de Santa Catarina existem algumas agências de recrutamento de garçons para Porto Alegre, São Paulo ou para a região litorânea do próprio Estado. Com relação às moças, muitas famílias estimulam e patrocinam sua migração para as cidades na condição de domésticas, mas numa família da qual se tenha referência personalizada e que se comprometa a assegurar a continuidade dos estudos.

Neste sentido, é interessante o contraste entre as respostas de pais e filhos com relação às influências na sua formação profissional. Vimos anteriormente, na **Tabela 4**, que os pais dos atuais responsáveis pelos estabelecimentos influenciaram os filhos a seguir na agricultura em mais da metade dos casos. A **Tabela 10** mostra que as coisas neste sentido mudaram de figura: 25 dos 31 (80,65%) rapazes entrevistados dizem que o pai “não influenciou nem a favor nem contra” a permanência na agricultura.

¹² Vimos na **Tabela 8** que apenas 25% das moças entrevistadas têm seu destino **desejado** ligado à agricultura.

¹³ Este trabalho já estava pronto quando foi publicado o artigo de Novaes (1997), que menciona uma pesquisa levada adiante pela Emater-Goiás junto a 2.000 jovens entre 12 e 23 anos em 126 municípios do Estado, dos quais 95% não querem deixar de viver no campo para morar na cidade. A magnitude do contraste entre esta informação e os resultados das pesquisas levadas adiante no Sul - inclusive a nossa - mostra a importância de pesquisas localizadas sobre o assunto.

Tabela 10 - Influência do pai na opção profissional dos filhos

Questão dirigida aos rapazes: O seu pai:				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Estimulou todos os filhos a serem agricultores	20,00	27,27	0,00	16,13
Estimulou só um filho a ser agricultor	0,00	9,09	0,00	3,23
Desestimulou seus filhos a serem agricultores	0,00	0,00	0,00	0,00
Não influenciou os filhos nem a favor nem em contra	80,00	63,64	100,00	80,65
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Como se poderia esperar da preferência pela profissão agrícola, a maior parte dos rapazes (58,06%) considera que, com seu grau de instrução e conhecimento, tem no meio rural e na agricultura suas melhores oportunidades (**Tabela 11**). Se é verdade que 8 entre os 31 entrevistados (25,81%) dizem que suas melhores chances estão no “meio urbano, em atividades urbanas”, é importante assinalar que 5 entre eles são filhos de agricultores em exclusão e apenas um é filho de agricultor consolidado.

Tabela 11 - Opção profissional dos rapazes com relação a sua instrução e seu treinamento

Pergunta dirigida aos rapazes: Na situação atual e com sua instrução e treinamento Onde é que você acha que tem as melhores oportunidades?				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
No meio rural na agricultura	60,00	72,73	40,00	58,06
No meio rural com atividades agrícolas e não-agrícolas	30,00	9,09	10,00	16,13
Morando na cidade com renda principal de atividades agrícolas	0,00	0,00	0,00	0,00
No meio urbano, em atividades urbanas	10,00	18,18	50,00	25,81
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Já entre as moças, embora apenas quatro tenham associado seu destino **desejado** à agricultura (como foi visto na **Tabela 8**), 7 das 16 entrevistadas dizem que “na situação atual e com sua instrução e treinamento” terão as melhores oportunidades no meio rural (**Tabela 12**): esta pode ser uma indicação de limite ao exercício daquilo que John Durston tem chamado de “pensamento estratégico”. Isso é reforçado pelo fato de que apenas 25% das moças respondem que “gostam de ser agricultoras e serão agricultoras”, enquanto que 37,5% delas afirmam não desejar seguir esta profissão (**Tabela 13**), contrariamente ao que vimos com relação aos rapazes (**Tabela 9**), entre os quais apenas 19,35% dizem não desejar ter a profissão de agricultor.

Tabela 12 - Opção profissional das moças com relação a sua instrução e seu treinamento

Pergunta dirigida às moças: Na situação atual e com sua instrução e treinamento Onde é que você acha que tem as melhores oportunidades?				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
No meio rural na agricultura	50,00	20,00	60,00	43,75
No meio rural com atividades agrícolas e não-agrícolas	0,00	20,00	0,00	6,25
Morando na cidade com renda principal de atividades agrícolas	16,67	20,00	20,00	18,75
No meio urbano, em atividades urbanas	33,33	40,00	20,00	31,25
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

O principal elemento explicativo para esta **diferença não parece residir na educação**. Uma hipótese de trabalho levantada em documento recente da CEPAL (1995, p. 2) é que em muitas ocasiões fica na propriedade aquele filho ao qual "*la cabeza no le dá para más*". Esta hipótese parece cada vez menos confirmar-se, ao menos naquelas regiões onde há um acesso relativamente seguro à educação. Apenas um jovem em idade escolar não estava estudando. Mesmo porque, no oeste de Santa Catarina, sem o segundo grau o jovem não obtém nem mesmo empregos de baixa qualificação técnica: o trabalho elementar, mecânico e repetitivo de desossar frangos que passam numa esteira de produção num grande frigorífico supõe a conclusão da oitava série.

Tabela 13 - As moças e a profissão agrícola

Questão dirigida às moças: O que você pensa sobre o seu futuro como agricultora?				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Gosta de ser agricultora e é certo que será agricultora	50,00	20,00	0,00	25,00
Gostaria de ter outra profissão, mas provavelmente será agricultora	0,00	20,00	0,00	6,25
Desejaria ser agricultora, mas vê dificuldades	0,00	40,00	40,00	25,00
Não sabe se será agricultora (ainda não pensou nisso)	0,00	0,00	20,00	6,25
Não deseja ser agricultora	50,00	20,00	40,00	37,50
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Além disso, a maioria dos jovens considera que a atividade agrícola é incompatível com um baixo nível de escolaridade. Na **Tabela 14** apenas 2 rapazes dizem que para ser agricultor hoje basta saber ler e escrever e 2 outros respondem que basta o primário completo. Um terço dos entrevistados afirmam que é necessário possuir o ginásio (8 anos de estudo) ou mais para ser agricultor e 14 (quase a metade) optam pela necessidade de ter o colegial ou um curso de técnico agrícola. Não parece aqui reforçada a hipótese levantada no trabalho de Durston (1996a, p. 64) segundo a qual a educação poderia ser menos valorizada pelos rapazes que têm a expectativa de receber terra, já que os conhecimentos oferecidos pelo ensino formal não são, muitas vezes, percebidos como úteis.

Tabela 14 - Opinião dos rapazes a respeito do grau de estudo necessário para exercer a profissão agrícola

Questão dirigida aos rapazes: Para ser agricultor hoje, basta:				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Saber ler e escrever	10,00	0,00	10,00	6,45
Primário completo (4ª série)	10,00	0,09	0,00	6,45
Ginásio (8ª série).	50,00	36,36	20,00	35,48
Segundo grau.	20,00	18,18	30,00	22,58
Curso técnico agrícola.	10,00	18,18	40,00	22,58
Faculdade.	0,00	18,18	0,00	6,45
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Ao mesmo tempo, é preciso assinalar que a frequência a cursos técnicos que poderiam melhorar o desempenho profissional dos jovens é muito baixa e irregular, conforme sugere a **Tabela 15**. Os 25,81% de respostas em “cursos/palestras de cooperativismo” não apontam para uma atividade formadora com um mínimo de durabilidade. Não há nenhuma resposta para a frequência a colégios agrícolas. A situação é ainda pior entre as moças: se 29,05% dos rapazes declararam nunca ter participado de qualquer curso profissional (**Tabela 15**), esta proporção se eleva a 56,25% entre as jovens (**Tabela 16**).

Tabela 15 - Cursos profissionais freqüentados pelos rapazes

Questão dirigida aos rapazes: Cite até três tipos de cursos profissionais que você freqüentou:

	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Cursos/palestras de cooperativismo	30,00	27,27	20,00	25,81
Cursos de sindicalismo.	10,00	0,00	10,00	6,45
Eventos técnicos de curta duração	10,00	9,09	20,00	12,90
Cursos de profissionalização da Epagri	40,00	0,00	0,00	12,90
Colégio/ginásio agrícola.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros.	0,00	9,09	0,00	3,23
Nenhum	10,00	54,55	50,00	38,71
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 16 – Cursos profissionais freqüentados pelas moças

Questão dirigida às moças: Cite até três tipos de cursos profissionais que você freqüentou:

	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total	Total %
Cursos/palestras de cooperativismo	1,00	0,00	0,00	1	6,25
Cursos de sindicalismo.	0,00	1,00	1,00	2	12,50
Eventos técnicos de curta duração	0,00	0,00	0,00	0	0,00
Cursos de profissionalização da Epagri	0,00	1,00	1,00	2	12,50
Colégio/ginásio agrícola.	0,00	0,00	0,00	0	0,00
Outros.	1,00	0,00	1,00	2	12,50
Nenhum	4,00	3,00	2,00	9	56,25
Total	100,00	100,00	100,00	16	100,00

Quando perguntados a respeito das perspectivas de organização da propriedade no momento da sucessão, a maior parte das respostas, entre os rapazes, concentra-se na necessidade de melhorias tecnológicas e de gerenciamento (**Tabela 17**), o que poderia indicar a consciência da importância da formação e do conhecimento na gestão de uma propriedade hoje. Ao mesmo tempo, a **Tabela 18** mostra que a falta de capacitação, orientação técnica e gerenciamento só é vivida como um importante ponto de estrangulamento na gestão futura da propriedade por 29,05% (soma das linhas nas quais aparece a opção referente a este item, na tabela) dos rapazes, quase todos entre os consolidados. Na maioria dos casos, o que foi colocado como problema é a falta de capital para investimento e custeio, muito mais que a capacitação.

Tabela 17 – Técnicas e métodos produtivos a serem adotados quando assumir a gestão da propriedade

Questão dirigida aos rapazes: Ao assumir esta propriedade ou alguma que venha adquirir									
	Consolidado	%	Transição	%	Transição	%	Total	%	%
Continuar as mesmas atividades e sistema de cultivo, criação e trabalho.	1	10,00	2	18,00	2	20,00	5	16,13	
Continuar as mesmas explorações, melhorar a tecnologia e o gerenciamento.	6	60,00	3	27,27	5	50,00	14	45,16	
Gostaria de fazer melhorias técnicas, mas não tem na capital	0	0,00	1	9,09	0	0,00	1	3,23	
Mudar de explorações e aplicar tecnologia e melhor gerenciamento.	1	10,00	2	18,18	2	20,00	5	16,13	
Mudar de explorações e aplicar a melhor tecnologia e o gerenciamento, mas não tem oportunidades (de sucesso, de mercado ou outras).	0	0,00	1	9,09	1	10,00	2	6,45	
Comprar mais terra.	0	0,00	1	9,09	0	0,00	1	3,23	
Ampliar as atividades que o seu pai já tem.	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
Outros	2	20,00	1	9,09	0	0,00	3	9,68	
Total	10	100,00	11	100,00	10	100,00	31	100,00	

Obs: Em virtude de sua organização por porcentagens, os totais de algumas tabelas ficam pouco abaixo ou acima de 100% Há três tabelas (17, 21 e 23) que estão com erro.

Tabela 18 - Principais obstáculos ao exercício da profissão agrícola

Questão dirigida aos rapazes: Quais são os dois problemas, em ordem de importância, que mais o dificultam a ser um agricultor bem sucedido? (Não considerar problemas como preços mínimos, crédito, política agrícola etc.)

1. Problemas graves de saúde.
2. O trabalho na agricultura é sofrido, pesado.
3. Problemas de relacionamento com os pais e a família.
4. Falta de energia elétrica.
5. Falta de água na propriedade.
6. Falta de capital para compra de terra.
7. Falta de capital para máquinas, equipamentos, benfeitorias e instalações.
8. Falta de capacitação, orientação/técnica e gerenciamento.
9. Falta de estradas, escolas e postos de saúde.
10. Falta de mão-de-obra.

Respostas	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
1 e 2	10,00	0,00	0,00	3,23
1 e 6	0,00	9,09	0,00	3,23
1 e 7	20,00	9,09	0,00	9,68
2 e 7	0,00	0,00	40,00	12,90
2 e 8	10,00	0,00	0,00	3,23
2 e 9	0,00	9,09	0,00	3,23
4 e 8	0,00	0,00	10,00	3,23
6 e 5	0,00	0,00	10,00	3,23
6 e 7	0,00	27,27	0,00	9,68
7 e 1	10,00	0,00	0,00	3,23
7 e 2	10,00	18,18	0,00	9,68
7 e 6	0,00	0,00	10,00	3,23
7 e 8	30,00	9,09	10,00	16,13
7 e 9	0,00	9,09	0,00	3,23
8 e 1	0,00	9,09	0,00	3,23
8 e 7	0,00	0,00	10,00	3,23
1 e 0 e 2	0,00	0,00	10,00	3,23
7 e 1 e 0	10,00	0,00	0,00	3,23
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Por fim, a condição de agricultor parece estar ligada à valorização do espaço regional tanto quanto ao exercício desta profissão por si só. A **Tabela 19** mostra que, dos 31 rapazes, 16 (51,61%) não aceitariam sair do oeste catarinense para continuar a atividade paterna. A outra metade tomaria eventualmente este rumo, desde que contasse, entretanto, com crédito para compra de terra e para sua instalação. O padrão migratório dominante até a geração anterior, em que com poucos recursos e muito trabalho desbravava-se o sertão, parece definitivamente sepultado.

Tabela 19 - Condição colocada para exercer a profissão agrícola fora do oeste catarinense

Questão dirigida aos rapazes: Se para ser agricultor você tivesse que sair do oeste catarinense, você aceitaria?				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Somente com crédito fundiário.	0,00	0,00	0,00	0,00
Somente com crédito de instalação.	10,00	0,00	0,00	3,23
Somente com crédito fundiário e de instalação.	40,00	18,18	30,00	29,03
Somente na reforma agrária.	0,00	0,00	10,00	3,23
Em qualquer das situações anteriores.	0,00	27,27	10,00	12,90
Não aceitaria.	50,00	54,55	50,00	51,61
Total	100,00	100,00	100,00	100,0

Seria presunçoso fazer uma caracterização das aspirações dos jovens ligados à agricultura familiar com base num universo de pesquisa tão restrito. De qualquer maneira, as informações aqui expostas parecem reforçar as seguintes hipóteses de trabalho:

- Apesar da profunda crise por que vem passando o setor agrícola, sobretudo desde o início da implantação do Plano Real, é grande a aspiração dos jovens pelo exercício da profissão agrícola.
- Este dado é tanto mais significativo que a migração faz parte dos recursos dos quais dispõem os jovens na montagem de suas “estratégias de vida”: a profissão agrícola não é uma simples continuação tradicional da atividade paterna, mas uma opção.
- Há uma sensível desigualdade entre os gêneros quanto a esta aspiração, e é nítida a preferência das moças por atividades não-agrícolas.
- Embora o nível de educação formal tido como necessário para o exercício da profissão agrícola seja muito superior ao que era nas gerações passadas, parece ainda baixa a consciência da importância da formação profissional na gestão de uma unidade produtiva hoje. A ênfase está mais na disponibilidade de capital do que de conhecimento.
- Para metade dos rapazes entrevistados e que desejam permanecer na atividade paterna, esta profissão está ligada ao espaço regional onde vivem hoje. A outra metade só aceitaria migrar caso lhes fossem oferecidas condições bem diferentes das que presidiram a ocupação das frentes de expansão da fronteira agrícola até recentemente.

3.2. Diferenciação social dos processos sucessórios

A perspectiva da sucessão profissional interfere de maneira importante nos comportamentos gerenciais e produtivos de qualquer empresa familiar. Uma unidade produtiva sem sucessores dificilmente contará com os investimentos em capital, terra e formação necessários ao seu desenvolvimento. Esta é uma preocupação importante na União Européia, já que muitos estudos encontraram proporções em que metade dos agricultores com mais de 50 anos não tinha sucessores. É o caso da Irlanda (Gasson & Errington, 1993, p. 186) e também da Espanha, onde Gonzáles (CEPAL, 1995: p. 17) constata que metade dos agricultores com mais de 54 anos não tem sucessores.

Um dos resultados mais recorrentes nas pesquisas européias é o que associa a presença de sucessores ao tamanho da unidade produtiva. O desinteresse pela atividade agrícola por parte dos jovens parece tanto maior quanto mais precárias as perspectivas econômicas das propriedades onde foram criados (Gasson & Errington, 1993). O mesmo resultado é alcançado por Munton et al., (1992, p. 68): quase 50% do que chamam de unidades marginais - numa amostra de 423 fazendas britânicas - não têm sucessores.

Entre nós os problemas sucessórios não apresentam, nem de longe, a mesma magnitude apresentada na Europa Ocidental. Na **Tabela 20**, somente um agricultor (entre os 53 entrevistados) diz que “ninguém ficará e não sabe o que fazer com a propriedade”. Mas aqui cabe uma ressalva importante: nosso universo é composto por propriedades que **estão sendo exploradas**. Ele não atinge um fenômeno cuja magnitude é difícil estimar: o do abandono puro e simples de certas unidades produtivas. Testa et al. (1996) avaliam que algo como 10% das propriedades familiares da região estão abandonadas. Embora não haja um estudo sistemático sobre estes imóveis, presume-se que sejam as primeiras manifestações de um problema sucessório:

trata-se, ao que tudo indica, de agricultores cuja idade não permite a gestão da unidade produtiva e que não quiseram ou não puderam vendê-la.

Tabela 20 – Expectativa quanto à continuidade do estabelecimento

Questão dirigida ao pai: Quem ficará na propriedade?				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Já foi definido (já sabe quem ficará).	27,78	12,50	10,53	16,98
Não sabe quem ficará, mas um ficará.	50,00	50,00	36,84	45,28
Não sabe se alguém ficará na propriedade.	11,11	37,50	52,63	33,96
Ninguém ficará e não sabem o que fazer com a propriedade.	5,56	0,00	0,00	1,89
A propriedade será vendida.	5,56	0,00	0,00	1,89
A propriedade será arrendada.	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Mas mesmo entre aqueles estabelecimentos atualmente em exploração a ameaça de problemas sucessórios é real. Um terço dos atuais responsáveis pelas unidades produtivas (33,96%) afirma **não saber se**

alguém ficará na propriedade (Tabela 20). Ao examinar a composição dos que optaram por esta resposta, vê-se que **quase metade dos agricultores em exclusão e 6 dos 16 em transição (37,5%) têm dúvidas quanto à continuidade de seu negócio contra apenas 2 dos 18 consolidados.** Inversamente, entre os **18 agricultores consolidados**, 5 (27,78%) já escolheram seu sucessor e 9 (50%) não o fizeram, mas estão certos de que alguém ficará na propriedade, o que vai exatamente na mesma direção das pesquisas internacionais sobre este tema. Um estudo britânico publicado em 1991 mostra que, nas unidades produtivas com menos de 50 acres, apenas 35% dos responsáveis tinham identificado um sucessor, enquanto que nos estabelecimentos maiores esta proporção subia para 62% (Gasson & Errington, 1993, p. 186).

Entre os agricultores consolidados existe inclusive espaço para uma certa subdivisão da propriedade paterna, como mostram as informações da **Tabela 21**. Com relação aos filhos, 7 entre os **18 consolidados (38,89%)** dizem que “mais de um sucessor ficará com a terra, que será dividida e é suficiente”. Nas outras categorias, entretanto, os pais antevêem um processo de atomização das propriedades atuais e a incapacidade de os processos sucessórios satisfazerem as aspirações profissionais de parte importante dos filhos: um quarto dos agricultores em transição (4 em 16) e em exclusão (5 em 19) diz que “mais de um sucessor ficará com a terra, **que será dividida, mas não é suficiente**”. Outros 5 agricultores em transição e mais 3 em exclusão afirmam que os não-sucessores precisarão de terra. Somando-se estas respostas (linhas 2 e 5 da **Tabela 21**) vê-se que **42,11% dos agricultores em exclusão e 56,25% dos agricultores em transição julgam que a transmissão hereditária não conseguirá satisfazer a aspiração profissional dos filhos.** Esta proporção se reduz a 16,67% entre os agricultores consolidados.

Tabela 21 – Perspectiva de partilha da terra no processo sucessório

Questão dirigida aos pais: Em relação à Terra para os filhos:				
	Consolidados		Transição	
	Mais de um sucessor ficará com a terra, que será dividida e é suficiente	7	38,89%	1
Mais de um sucessor ficará com a terra, que será dividida mas não é suficiente	1	5,56%	4	25,00%
Só existe um sucessor e a terra é suficiente	3	16,67%	2	12,50%
Só existe um sucessor, mas a terra não é suficiente	0	0,00%	0	0,00%
Só ficará um sucessor e os outros precisarão de terra	2	11,11%	5	31,25%
Só ficará um sucessor e os outros não querem terra	1	5,56%	3	18,75%
Nenhum filho quer ficar	3	16,67%	1	6,25%
Outros	1	5,56%	0	-
Total	18	100,00-%	16	100,00-%

Por maiores que sejam então os atrativos e as oportunidades oferecidos pelo meio urbano, parte muito significativa da juventude não conseguirá alcançar seu objetivo profissional com base no desenrolar espontâneo dos atuais processos sucessórios. É importante a **coincidência entre os pontos de vista dos pais e dos rapazes** (ver item 3.1) a este respeito.

É claro que não temos condições aqui de fazer uma síntese dos problemas sucessórios atualmente existentes nas regiões de agricultu-

ra familiar. Os dados expostos sugerem, entretanto, algumas pistas de aprofundamento:

- O estudo dos problemas sucessórios precisa levar em conta não só as unidades produtivas em pleno funcionamento, mas as que - entre 5 e 10 mil, na estimativa de Testa et al. (1996) - foram abandonadas.
- Globalmente, um terço dos responsáveis pelas unidades produtivas tem dúvidas quanto à continuidade de seu negócio. Os problemas sucessórios tendem a aparecer predominantemente nos estabelecimentos que apresentam maiores dificuldades para sua viabilização econômica. A dúvida com relação à existência de sucessores é tanto maior quanto mais precária a situação do imóvel.
- O contraste entre a opção que muitos jovens gostariam de fazer pela agricultura e as precárias possibilidades de sua realização profissional no campo define parte importante da **questão sucessória** entre nós. O outro aspecto central refere-se ao envelhecimento dos atuais responsáveis pelas unidades produtivas e ao retardamento dos **processos sucessórios** (estudado a seguir no item 3.4).

3.3. O fim do minorato e a implosão dos padrões sucessórios

Os padrões sucessórios que garantiram terra a apenas um entre os diferentes herdeiros respondem em grande parte pelo fato de a estrutura agrária da Grã-Bretanha ser tão menos pulverizada que no restante da Europa. Na França, a vigência do Código Napoleão contribuiu para uma subdivisão que as políticas fundiárias a partir dos anos 60 procuraram corrigir. A tradição britânica neste sentido é da primogenitura, e uma pesquisa de 1973 mostra que 55% das transferências hereditárias de terra no país eram feitas para o primeiro filho.

O mesmo tipo de legislação existe em alguns estados da Alemanha e em Luxemburgo, embora, nestes casos, estejam previstas formas de compensação para os não-herdeiros. Na Grã-Bretanha a primogenitura não significava abandono dos filhos mais novos, uma vez que era feita uma reserva para o dote das moças e que se considerava o investimento na formação profissional dos filhos não agricultores como forma indireta de compensação (Gasson & Errington, 1993, p. 195).

O *minorato*, tal como praticado nas regiões de predomínio da agricultura familiar no sul do Brasil, embora contribuísse à preservação da integridade patrimonial do estabelecimento (tanto é que entre os consolidados o *minorato* é mais recorrente que nas outras categorias, conforme a **Tabela 1**), diferia da tradição britânica da primogenitura não só por ser aqui o **filho mais novo** o que ficava junto aos pais, mas pela prática freqüente de obtenção de terras em regiões de fronteira para os mais velhos e mesmo de modestos dotes agrícolas para as moças. Além disso, a prática do *minorato* era bem diferenciada socialmente, conforme já vimos.

A **Tabela 22** indica que o padrão vigente na geração passada encontra-se fortemente abalado. Enquanto que 32,08% dos atuais responsáveis pelas unidades produtivas eram filhos caçulas (mais da metade entre os consolidados), agora somente 13,21% dizem que o filho mais novo será o sucessor. Mesmo entre os consolidados, apenas 4 entre os 18 entrevistados (22,22%) escolheram o filho mais novo como sucessor.

Tabela 23 - Relação entre a família e os filhos que saíram quanto ao patrimônio e à renda

Questão dirigida ao pai: Como é a relação da família com os filhos que saíram? Responder uma das duas primeiras e uma das demais alternativas.					
1. Já recebeu sua parte do patrimônio.					
2. Ainda não recebeu sua parte do patrimônio.					
3. Os filhos mandam mais dinheiro para casa.					
4. A família manda mais dinheiro para os filhos.					
5. Há fluxo de bens e/ou dinheiro, em momentos diferentes, mas com saldo zerado.					
6. Outros.					
Respostas	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total	
0	50,00	50,00	52,63	18	50,00%
1	5,56	0,00	0,00	1	2,78%
1 e 6	5,56	0,00	0,00	0	0,00%
2 e 3	0,00	0,00	21,05	4	11,11%
2 e 4	0,00	6,25	0,00	1	2,78%
2 e 5	5,56	18,75	10,53	5	13,89%
2 e 6	33,33	25,00	10,53	6	16,67%
5 e 5	0,00	0,00	5,26	1	2,78%
Total	100,00	100,00	100,00	36	100,00%

Mais da metade dos agricultores (**Tabela 24**) afirma que, na sucessão patrimonial, “todos os filhos receberão terra e capital igual”. Outros 20,75% dizem que a diferença na quantidade de terra recebida será compensada por dotações de capital. Se para os agricultores consolidados existe, como vimos, a possibilidade de um certo grau de subdivisão da terra, para os outros é claro que as respostas apontam seja no sentido da retaliação do imóvel aquém de seu tamanho mínimo

de funcionamento, seja em problemas financeiros para reembolsar os não-herdeiros. O que chama a atenção, entretanto, é que o processo não parece objeto de uma preparação prévia e organizada por parte da família.

Tabela 24 - Distribuição dos bens na sucessão patrimonial

Questão dirigida ao pai: Como será feita a sucessão patrimonial?				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Todos os filhos receberão terra e capital igual.	66,67	56,25	42,11	54,72
Todos os filhos receberão terra igual, mas capital diferente.	0,00	0,00	0,00	0,00
Todos os filhos receberão quantidades diferentes de terra, mas capital igual.	5,56	18,75	36,84	20,75
Só os homens receberão terra e capital agrícola e as mulheres receberão um "dote".	0,00	0,00	0,00	0,00
Só um receberá terra e os outros receberão "dote".	16,67	12,50	15,79	15,09
Outros.	11,11	12,50	5,26	9,43
Total	100,00	100,00	100,00	00,00

Outro elemento que chama a atenção é o contraste entre a igualdade e entre os gêneros manifestada nas respostas quanto ao processo sucessório (a opção “só os homens receberão terra e capital agrícola e as mulheres receberão um dote” não teve nenhuma resposta na **Tabela 24**) e o sentimento generalizado entre as lideranças femininas regionais de que o viés de gênero prejudicial às moças ainda é dominante nos processos sucessórios. Este ponto exige aprofundamento em pesquisas futuras sobre o tema.

3.4. O poder paterno

O processo sucessório na agricultura familiar está articulado em torno da figura paterna que determina o momento e a forma da passagem das responsabilidades sobre a gestão do estabelecimento para a próxima geração. A transição leva em conta muito mais a capacidade e a disposição de trabalho do pai do que as necessidades do sucessor ou as exigências econômicas ligadas ao próprio desenvolvimento da atividade.

Enquanto o atual responsável tiver condições de dirigir o estabelecimento, a sucessão não terá lugar: é o que respondem 35,85% dos pais entrevistados, segundo os dados da **Tabela 25**. Somente 22,64% concordam em passar seu poder administrativo e gerencial “quando o sucessor estiver preparado”. A perspectiva dos filhos é bem diferente, como mostra a **Tabela 26**: 45,16% dos rapazes dizem que o momento mais adequado para que assumam a responsabilidade pela unidade produtiva é quando “o filho demonstrar capacidade de gestão autônoma”.

Tabela 25 – Momento da transferência hereditária - I

Questão dirigida ao pai: Em que momento será feita a transferência do controle da propriedade?				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Quando os pais tiverem uma renda garantida.	11,11	6,25	21,1	13,21
Quando o sucessor estiver preparado.	22,22	25,00	21,1	22,64
Não será feita enquanto o pai puder dirigir a propriedade.	38,89	31,25	36,8	35,85
Não pensou ainda.	27,78	37,50	21,1	28,30
Total	100,00	100,00	100,0	100,00

Tabela 26 – Momento da transferência hereditária - II

Questão dirigida ao filho: Qual o momento mais adequado para seu filho assumir a responsabilidade da unidade produtiva?				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Depois do casamento consolidado.	0,00	9,09	10,00	6,45
Dos 18 aos 25 anos.	30,00	0,00	30,00	19,35
Dos 25 aos 30 anos.	0,00	18,18	0,00	6,45
Depois dos 30 anos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Quando o filho demonstrar capacidade de gestão autônoma.	60,00	36,36	40,00	45,16
Depois que o pai não puder mais trabalhar.	10,00	36,36	10,00	19,35
Não sei.	0,00	0,00	10,00	3,23
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

É bem verdade que o caráter rigidamente hierárquico da organização familiar tradicional na agricultura parece hoje atenuado, o que aponta para a possibilidade de maior diálogo em torno dos processos sucessórios. Pelas informações da **Tabela 27** são excepcionais os casos em que os pais não aceitam propostas vindas dos filhos. O que predomina (61,29%) é a discussão em família e a aceitação ao menos de algumas propostas. Da mesma forma, quando se trata do gerenciamento do trabalho na unidade familiar (**Tabela 28**), quase um terço dos pais (30,19%) diz que “todos participam do gerenciamento e do trabalho”.

Tabela 27 - Reação do pai diante de propostas feitas pelos filhos

Questão dirigida aos rapazes: Diante de uma idéia nova sua para a organização da propriedade, e que possa ser implantada, a reação de seu pai costuma ser:				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Não aceita nem discutir.	0,00	9,09	0,00	3,23
Rejeita quase sempre.	0,00	9,09	0,00	3,23
Aceita quase sempre.	40,00	27,27	10,00	25,81
Você não costuma fazer propostas novas.	10,00	0,00	10,00	6,45
Discute em família e aceita algumas propostas.	50,00	54,55	80,00	61,29
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Apesar disso, é importante notar que em 47,17% das respostas (**Tabela 28**) “o pai controla todas as atividades e todos trabalham em todas as atividades”, e em 15,08% “o pai controla todas as atividades e o trabalho é dividido”. Em quase dois terços dos casos, portanto, o poder paterno é praticamente absoluto sobre a gestão do estabeleci-

mento. Estas informações vão no mesmo sentido das obtidas pela pesquisa da Pastoral da Juventude Rural do Rio Grande do Sul (PJR/RS, 1992), segundo a qual, nos assuntos referentes à produção, em apenas 28,8% dos casos, todos os familiares decidem igualmente, sendo o poder paterno praticamente único na maior parte do tempo.

Tabela 28 - Divisão do trabalho e da gestão no interior do estabelecimento

Questão dirigida ao pai: Como é a divisão e gerenciamento do trabalho na unidade familiar?				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
O pai controla todas as atividades e todos trabalham em todas as atividades.	38,89	50,00	52,63	47,17
O pai controla todas as atividades de todos e do trabalho.	38,89	31,25	21,05	30,19
O pai controla todas as atividades e o trabalho é dividido.	16,67	12,50	15,79	15,09
Cada filho gerencia uma atividade e trabalha em todas.	0,00	0,00	0,00	0,00
Cada filho gerencia e trabalha em uma atividade.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros.	5,56	6,25	10,53	7,55
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

O próprio reconhecimento do trabalho dos filhos torna-se assim problemático. Em apenas 11,32% dos casos existe uma “conta única com divisão de sobras” (**Tabela 29**). Em 43,40% dos casos o filho “tem que pedir dinheiro a cada vez que precisa”, e em outros 28,30% “o pai decide e toma a iniciativa de dar dinheiro a seu critério”. Se levarmos em conta que dos 31 rapazes entrevistados 15 têm mais de 21 anos, fica nítido o caráter quase absoluto do poder paterno sobre a vida do conjunto da família. A obtenção independente de renda monetária para necessidades próprias por parte dos jovens é rara. A **Tabela 30** mostra que 87,10% dos rapazes entrevistados não desenvolvem qualquer atividade de cunho individual com o objetivo de ter seu próprio dinheiro: o trabalho agrícola fora da propriedade para conseguir seu próprio dinheiro só teve duas respostas. E mesmo o desenvolvimento de atividades próprias no interior da propriedade só contou com uma resposta.

Tabela 29 - Recompensa dos filhos pelo trabalho na propriedade

Questão dirigida ao pai: Que recompensas os filhos recebem pelo trabalho na propriedade?				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Tem que pedir dinheiro a cada vez que precisa.	33,33	50,00	47,37	43,40
Conta única, com divisão das sobras.	16,67	12,50	5,26	11,32
O pai decide e toma a iniciativa de dar dinheiro a seu critério.	33,33	25,00	26,32	28,30
Outras.	16,67	12,50	21,05	16,98
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 30 - Atividades geradoras de renda para os jovens

Questão dirigida aos rapazes: Você desenvolve atividade de cunho individual (na propriedade ou fora dela)? †				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Trabalha fora	0,00	0,00	0,00	0,00
Plantio ou criação na propriedade	0,00	0,00	10,00	3,23
Trabalho agrícola fora da propriedade	0,00	9,09	10,00	6,45
Trabalho não agrícola fora da propriedade	10,00	0,00	0,00	3,23
Não desenvolve	90,00	90,91	80,00	87,10
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Ao que tudo indica, nem as famílias individualmente nem os movimentos sociais ligados à agricultura familiar no Sul estão preparados para enfrentar as novas realidades ligadas aos processos sucessórios. O aumento na expectativa de vida profissional dos pais amplia o período de contato adulto com os filhos. A partilha das responsabilidades, entretanto, está longe de acompanhar esta nova realidade demográfica: ao invés de criar uma sociedade com distribuição minimamente equânime de direitos e responsabilidades pela qual os filhos pudessem assumir parte da gestão do imóvel (como foi o caso dos

Gaech na França, por exemplo), os pais continuam dirigindo os estabelecimentos sem a participação ativa dos sucessores. Esta situação é uma ameaça ao próprio desenvolvimento da unidade produtiva, já que inibe a atividade, o talento e a capacidade inovadora dos jovens e estimula-os a buscar outras alternativas de vida.

O acelerado processo de envelhecimento do meio rural da região Sul indica que esta ameaça corre o risco de fazer sentir seus efeitos desagregadores mais cedo do que se poderia imaginar. Pesquisa realizada no sudoeste do Paraná (DESER, 1992, p. 44) em 28 municípios e com base em 599 entrevistas mostra que **metade dos chefes de estabelecimento entrevistados tem mais de 45 anos e apenas 18% menos de 35 anos**. No nosso universo de pesquisa, 30 dos 53 agricultores entrevistados (56,60%) têm mais de 45 anos e apenas 6 (11,32%) têm menos de 35 anos (**Tabela 6**).

3.5. O viés masculino dos processos sucessórios

O caráter seletivo dos processos migratórios recentes nas regiões de predomínio de agricultura familiar no sul do Brasil e que tem resultado na **masculinização** acelerada do meio rural até hoje não foi estudado e tem sido pouco citado inclusive nos estudos especializados. Os documentos das organizações internacionais de desenvolvimento como o IICA, a FAO e a CEPAL só recentemente começaram a tocar no assunto¹⁴.

Com relação à situação brasileira, as características dos processos migratórios rurais durante os anos 80 não foram tema de predileção entre os

¹⁴ Dois importantes documentos divulgados durante os anos 80, um pela FAO/IICA (1981), outro da CEPAL (1983) preparatório ao ano internacional da juventude, sequer mencionam o tema. Mais recentemente, a contribuição da CEPAL em particular sobre o tema é muito importante (CEPAL, 1996; CEPAL, 1995; Durston, 1996b). Entre nós, a pesquisa da DESER (1992, p. 43) menciona, de forma pioneira, o tema.

demógrafos. Ao que tudo indica, a migração seletiva não é um fenômeno novo¹⁵: o que impressiona, entretanto, é a ausência de estudos recentes a respeito e sobretudo a magnitude que ela parece estar assumindo nas áreas de predomínio da agricultura familiar do sul do país.

Em 1995 havia 5,2 milhões de homens a mais que mulheres na zona rural latino-americana. Nos grupos entre 15 e 29 anos, esta diferença chegava a 1,8 milhão - há 12% a mais de jovens homens (CEPAL, 1995, p. 8). Uma desproporção mais ou menos semelhante foi encontrada também na pesquisa já citada da Pastoral da Juventude Rural do RS: seu universo compõe-se de 53% de rapazes e 47% de moças¹⁶.

Na Europa Ocidental este é um tema que vem preocupando os órgãos públicos e as organizações profissionais agrícolas há muitos anos. Uma das conseqüências da masculinização do meio rural europeu é o "*célibat paysan*" (Bourdieu, 1979), que motiva a existência em vários países de agências matrimoniais especializadas em procurar esposas para jovens agricultores que não conseguem, em seu meio de origem, formar um novo núcleo familiar. Na França, nos grupos de idade entre 26 e 27 anos, 54% dos homens (mas apenas 31% das moças) moram em suas comunas de nascimento. Neste mesmo grupo de idade, 30% dos rapazes e somente 15% das moças moram ainda com os pais (Kayser et al., 1994, p. 81).

Já na bacia hidrográfica por nós estudada existiam em 1993, na população entre 10 e 34 anos, 104 rapazes e apenas 60 moças, ou seja, 1,7 rapaz para cada moça. É claro que o tema exige aprofundamento com base em tabulações especiais dos dados do Censo Demográfico. Mas todas as informações convergem para um severo processo de masculinização do meio rural que pode, eviden-

¹⁵ Um texto clássico, ainda do século XIX, já aponta como uma das "leis" dos processos migratórios que as mulheres tendem a partir com mais intensidade que os homens (livro organizado por Hélio Moura).

¹⁶ Mas isso não chamou a atenção dos pesquisadores como um fenômeno social relevante.

temente, comprometer a reprodução da agricultura familiar e acelerar ainda mais o êxodo juvenil.

Esta migração seletiva não pode ser explicada por uma suposta atração especialmente favorável que o mercado urbano de trabalho seria capaz de exercer sobre as moças em detrimento dos rapazes. Na verdade são fundamentalmente as perspectivas que se oferecem no interior das unidades familiares de produção, respectivamente para rapazes e moças, que estão na raiz do viés de gênero dos processos migratórios. Em última análise, o que está em jogo é uma questão de poder: embora as mulheres participem do trabalho na propriedade, no mínimo em condições iguais às dos homens, elas não têm qualquer acesso a tarefas que envolvam algum grau de responsabilidade ou de tomada de decisão¹⁷. Da mesma forma, embora os questionários não revelem qualquer discriminação contra as mulheres nos processos sucessórios, o certo é que as moças não são preparadas para enfrentá-los; ao contrário, os próprios pais estimulam que saiam da propriedade e procurem sua realização profissional no meio urbano. Na pesquisa DESER (1992, p. 176) 64,9% dos pais preferem que seus filhos homens morem no campo; esta proporção cai para 48,1% quando se trata das filhas.

A principal hipótese quanto a este processo é a seguinte: o processo sucessório e, de certa forma, toda a organização do processo de trabalho são enviesados contra a mulher. Isso não é novo e consiste num traço

¹⁷ "Apesar de efetivamente haver igualdade entre homem e mulher no trabalho da lavoura, esta nunca foi acompanhada de correspondente poder de decisão sobre os destinos da plantação", constata Panzutti (1996, p. 13) em seu trabalho sobre as produtoras de algodão em Leme, SP.

verdadeiramente secular das formas familiares de produção em todo o mundo. Só que anteriormente - nos moldes que dominaram a reprodução da agricultura familiar até o final dos anos 60 - os códigos éticos e morais tão bem descritos por Woortman (1994) estimulavam a mulher a permanecer como um elo fundamental da cadeia reprodutiva. Atualmente, há um relaxamento nas normas que vinculam a menina ao núcleo familiar. De certa forma, os pais incentivam a partida das filhas em direção à casa de conhecidos, na qualidade de domésticas, por exemplo. Anteriormente, ela só sairia para a casa do marido, ele também um agricultor. Neste sentido, o processo de saída das moças do campo faz parte do declínio do próprio caráter patriarcal que caracteriza tradicionalmente a família camponesa. O enfraquecimento destas obrigações tradicionais não é acompanhado por mudança importante do papel das moças no interior da família. Tem razão neste sentido Panzutti (1996, p. 11) ao afirmar que "... a família, ao ingressar na modernização, no processo mais abrangente da acumulação, não rompe com os padrões tradicionais de submissão feminina". **O funcionamento atual da agricultura familiar é assim um dos principais fatores de expulsão das mulheres do campo**¹⁸.

Trabalho recente da CEPAL (1996, p. 27) estabelece de maneira explícita esta vinculação entre o viés de gênero dos processos sucessórios e a migração seletiva no campo: "... a vida no campo é mais atraente para os rapazes que para as moças. Se aqueles herdarem terra, ou têm apoio para

¹⁸ "Os agentes que opõem a mais fraca resistência às forças de atração externas, que percebem mais cedo e melhor que os outros as vantagens associadas à emigração, são os menos ligados objetiva e subjetivamente à terra e a casa pelo fato de serem mulheres, filhos caçulas ou pobres". (Bourdieu, 1979, p. 24).

levar adiante atividades produtivas, podem elaborar projetos de vida que são alternativas válidas à emigração para a cidade. Para as moças, entretanto, uma vida como esposa camponesa - conhecendo outras alternativas possíveis - pode ser rejeitada ou objeto de resistência, frente a aspirações de vida em outro meio cultural e ocupacional”.

Se (ver item 3.4) a partilha do poder paterno com o possível ou provável sucessor homem já é complicada, o tema nem se coloca quando se trata da mulher. Mesmo que haja preocupação em não prejudicá-la sob o ângulo patrimonial - mas é provável que as respostas neste sentido aos questionários estejam bem distantes das práticas correntes - o fato é que na organização da propriedade, o papel das moças é inteiramente subalterno.

Infelizmente a corroboração empírica das hipóteses expostas anteriormente ficou fortemente prejudicada pela escassa quantidade de entrevistas realizadas com jovens do sexo feminino¹⁹. Ainda assim, a pesquisa permite sugerir tendências e hipóteses com relação a três questões: por que razão as moças manifestam tão explicitamente seu desagrado com a atividade agrícola? De que maneira é feita a repartição do trabalho e das responsabilidades entre irmãos homens e mulheres? Como se realizam os processos sucessórios para rapazes e moças? É o que será examinado a seguir.

¹⁹ E também, é claro, pelo fato de que não foram entrevistadas as moças que já saíram das propriedades.

Tabela 31 - Problemas que dificultam o exercício da atividade agrícola

Questão dirigida às moças: Quais são os dois problemas, em ordem de importância, que mais a dificultam a ser uma agricultora bem sucedida? (Não considerar os problemas do setor: preços mínimos, crédito, política agrícola)

1. Problemas graves de saúde.
2. O trabalho na agricultura é muito sofrido, pesado, cansativo.
3. Problemas graves de relacionamento com os pais e a família.
4. Falta de energia elétrica.
5. Falta de água na propriedade.
6. Falta de capital para compra de terra.
7. Falta de capital para compra de máquinas, equipamentos e benfeitorias e insumos.
8. Falta de capacitação, orientação técnica e gerenciamento.
9. Falta de estradas, escolas e postos de saúde.
10. Falta de mão-de-obra.

Respostas	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
2	0,00	0,00	20,00	6,25
1 e 2	0,00	20,00	0,00	6,25
2 e 5	0,00	20,00	0,00	6,25
2 e 6	16,67	0,00	0,00	6,25
2 e 7	0,00	20,00	20,00	12,50
2 e 8	0,00	0,00	20,00	6,25
6 e 7	0,00	0,00	20,00	6,25
6 e 8	16,67	20,00	0,00	12,50
7 e 2	16,67	0,00	20,00	12,50
8 e 9	16,67	0,00	0,00	6,25
1 e 0 e 7	16,67	0,00	0,00	6,25
2 e 1 e 0	16,67	0,00	0,00	6,25
7 e 1 e 0	0,00	20,00	0,00	6,25
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

“O trabalho na agricultura é muito sofrido, pesado, cansativo”. Das 16 jovens entrevistadas, 10 escolheram este como um dos dois obstáculos mais importantes à sua realização profissional na agricultura (**Tabela 31**). A dupla jornada de trabalho é muito comum entre as moças. Se é verdade que 7 delas dizem trabalhar em casa e **esporadicamente** na lavoura, outras 7 afirmam desempenhar atividades domésticas e na produção de **maneira permanente** (**Tabela 32**). De fato, uma pesquisa realizada em 1994 pelo Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e pelo DESER (MMA, 1994, p. 44 e 45) em 12 municípios do Estado e com base em 782 entrevistas mostra que a mulher começa a participar das atividades agrícolas antes dos 10 anos de idade em 77,1% dos casos. Embora não tenham estratificado esta informação por idade, é significativo o fato de que 77,4% das mulheres entrevistadas na pesquisa **trabalham na agricultura** (além, portanto, do trabalho doméstico) 8 horas ou mais. Caso a vida profissional no campo não envolvesse uma carga de trabalho tão pesada, é possível que o horizonte das moças fosse diferente. Ao menos é o que sugere a **Tabela 33**: embora 31,25% das moças respondam que querem deixar a agricultura, 43,75% delas aceitariam permanecer no campo caso pudessem desenvolver “atividades diferentes das dos homens”. Esta é uma pista importante pois o desenvolvimento no interior das famílias de atividades menos desgastantes talvez seja um caminho para tornar a vida no campo mais atraente para as moças. É claro que isso passa antes de tudo por uma ampliação de suas responsabilidades na própria gestão do imóvel. E neste sentido, as informações obtidas mostram um quadro preocupante. É o que veremos a seguir.

Tabela 32 – Trabalho das moças, doméstico e na lavoura

Questão dirigida às moças: Quais são suas atribuições atuais?				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Só as atividades domésticas.	16,67	0,00	0,00	6,25
Domésticas e esporadicamente na lavoura.	16,67	60,00	60,00	43,75
Doméstica e lavoura sempre.	66,67	20,00	40,00	43,75
Só na lavoura.	0,00	20,00	0,00	6,25
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 33 - Apreciação sobre o trabalho agrícola

Questão dirigida às moças: Qual a sua opinião sobre o trabalho e a sua permanência na agricultura?				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Tanto faz desenvolver atividades agrícolas ou urbanas	16,67	20,00	20,00	18,75
Gostaria de desenvolver as mesmas atividades que os homens	16,67	0,00	0,00	6,25
Gostaria de desenvolver atividades diferentes da dos homens	50,00	40,00	40,00	43,75
Não gostaria de desenvolver atividades agrícolas	16,67	40,00	40,00	31,25
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

É nítido o contraste entre a contribuição decisiva das moças no trabalho agrícola e sua completa distância de tarefas que envolvam responsabilidades nas tomadas de decisão quanto aos destinos do estabelecimento. A comparação entre as **Tabelas 34 e 35** mostra que apenas 2 moças (em 16) possuem **bloco de produtor rural** contra 17 rapazes (em 31). Segundo a pesquisa MMA (1994, p. 53 e 54), 52,1% das mulheres entrevistadas não aparecem em qualquer documento que comprove publicamente sua condição profissional. Apenas 11% das entrevistadas (em geral viúvas) têm carnê de pagamento do Imposto Territorial em seu nome. Não deixa de ser promissor o fato de que 37,6% das mulheres aparecem no Bloco do Produtor²⁰, embora isso também signifique que dois terços delas não são tratadas socialmente como produtoras. Apenas 25,9% das mulheres entrevistadas possuem conta corrente (MMA, 1994, p. 39). Os dados da pesquisa da PJR/RS vão também na mesma direção. A maior parte dos jovens (item 3.4) não participa das atividades gerenciais e de comercialização. Quando, entretanto, esta participação ocorre, ela marginaliza as moças. Apenas 12,9% dos 2.000 jovens entrevistados pela PJR/RS desenvolviam alguma atividade administrativa. Destes, 75% são rapazes e 25%, mulheres. Na venda da produção somente 15% dos jovens participam, dos quais 71% são homens.

²⁰ Fato caracterizado, com razão, como vitória dos movimentos sociais ligados ao tema no documento. Antes da pressão feita neste sentido pelas organizações de mulheres - inclusive na Constituinte (Navarro, 1996, p. 101) - as mulheres simplesmente não constavam em nenhum registro formal como ligadas à **profissão** agrícola.

Tabela 34 - Relação com agentes externos à propriedade -- I

Questão dirigida às moças: Quais são suas relações com os agentes externos à propriedade?	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
É sócia da cooperativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Grupo de jovens da cooperativa	16,67	0,00	20,00	12,50
Associação de agricultores	0,00	0,00	0,00	0,00
Tem conta corrente individual	0,00	0,00	0,00	0,00
Bloco de produtora rural	16,67	0,00	0,00	6,25
Grupo de jovens da igreja	50,00	40,00	80,00	56,25
Nenhuma	0,00	60,00	0,00	18,75
Outros.	16,67	0,00	0,00	6,25
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 35 - Relação com agentes externos à propriedade – II

Questão dirigida aos rapazes: Quais são suas relações com os agentes externos à propriedade?				
1. É sócio da cooperativa.				
2. Grupo de jovens da cooperativa.				
3. Associação de agricultores.				
4. Tem conta corrente individual.				
5. Bloco de produtor.				
6. Grupo de jovens da igreja.				
7. Outros.				
Respostas	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
5	0,00	18,18	0,00	0,00
6	0,00	27,27	30,00	30,00
7	0,00	9,09	20,00	20,00
2 e 3	0,00	9,09	0,00	0,00
2 e 6	0,00	9,09	10,00	10,00
3 e 4	10,00	0,00	0,00	0,00
4 e 5	0,00	18,18	0,00	0,00
5 e 6	20,00	0,00	0,00	0,00
6 e 5	0,00	0,00	10,00	10,00
1 e 2 e 5	10,00	0,00	0,00	0,00
1 e 4 e 5	10,00	0,00	0,00	0,00
2 e 5 e 6	20,00	0,00	0,00	0,00
3 e 4 e 3	0,00	0,00	10,00	10,00
3 e 5 e 6	0,00	0,00	10,00	10,00
4 e 5 e 6	0,00	9,09	0,00	0,00
1 e 2 e 4 e 5	10,00	0,00	0,00	0,00
1 e 3 e 4 e 5	0,00	0,00	10,00	10,00
2 e 3 e 4 e 5	10,00	0,00	0,00	0,00
3 e 4 e 5 e 6	10,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

As moças têm as mesmas chances que os rapazes de serem as sucessoras: é a resposta de 77,36% dos pais entrevistados (**Tabela 36**). É bastante sugestivo o contraste entre a opinião dos pais e a das próprias moças a respeito: embora seis moças concordem com a opinião paterna, outras seis dizem que uma filha pode ser a sucessora “quando há terra para todos”, o que indica bem a ordem que preside a escolha do sucessor (**Tabela 37**). Só um terço das 16 moças entrevistadas julga ter as mesmas chances que os homens nos processos sucessórios. Quando perguntados a respeito das duas principais razões, em ordem de preferência, que os fazem optar pela agricultura, 8 dos 31 rapazes (25,82%) evocam sua condição de futuros sucessores (**Tabela 38**). Esta resposta aparece apenas para uma das 16 moças entrevistadas (**tabela 39**).

Tabela 36 - Possibilidade de as filhas serem sucessoras – I

Questão dirigida ao pai: Qual a possibilidade de as filhas serem sucessoras?				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Nenhuma será sucessora.	0,00	0,00	0,00	0,00
Quando existe terra para todos.	11,11	6,25	15,79	11,32
Têm as mesmas chances que os homens.	83,33	81,25	68,42	77,36
Quando há conflito com os filhos homens.	0,00	6,25	0,00	1,89
Quando só há filhas.	0,00	0,00	5,26	1,89
Prefere as filhas.	5,56	0,00	0,00	1,89
Não definido.	0,00	6,25	10,53	5,66
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 37 - Possibilidade de as filhas serem sucessoras – II

Questão dirigida às moças: Qual a possibilidade das filhas serem sucessoras?				
	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
Nenhuma será sucessora.	0,00	0,00	0,00	0,00
Quando existe terra para todos.	33,33	20,00	60,00	37,50
Têm as mesmas chances que os homens.	33,33	40,00	40,00	37,50
Quando há conflito entre o pai e os filhos. Homens.	16,67	20,00	0,00	12,50
Quando há só filhas.	16,67	20,00	0,00	12,50
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 38 - Motivos para continuar na profissão paterna - I

Questão dirigida aos rapazes: Quais as duas principais razões para optar pela agricultura?

1. Gosta da agricultura.
2. Sente-se valorizado como agricultor.
3. Permanece na agricultura por tradição ou costume.
4. Permanece porque vai ser o sucessor e vai herdar o capital.
5. Porque os pais querem que permaneça na propriedade.
6. Porque não tem oportunidade fora da agricultura.
7. Porque não tem/teve oportunidade de estudar.
8. Fica na agricultura por outras razões.
9. Não pretende ficar na agricultura.

Respostas	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
9	10,00	18,18	30,00	19,35
1 e 2	20,00	9,09	20,00	16,13
Respostas	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
1 e 3	10,00	0,00	0,00	3,23
1 e 4	30,00	18,18	0,00	16,13
1 e 5	0,00	0,00	20,00	6,45
1 e 6	0,00	9,09	0,00	3,23
1 e 7	10,00	18,18	0,00	9,68
1 e 8	0,00	18,18	0,00	6,45
4 e 1	0,00	9,09	0,00	3,23
4 e 5	10,00	0,00	0,00	3,23
5 e 4	10,00	0,00	0,00	3,23
5 e 6	0,00	0,00	10,00	3,23
6 e 3	0,00	0,00	10,00	3,23
6 e 7	0,00	0,00	10,00	3,23
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 39 – Motivos para continuar na profissão paterna -II

Questão dirigida às moças: Quais as duas principais razões para optar pela agricultura?				
1. Gosta da agricultura.				
2. Sente-se valorizada como agricultora.				
3. Permanece na agricultura por tradição ou costume.				
4. Permanece porque vai ser a sucessora e vai herdar o capital.				
5. Porque os pais querem que permaneça na propriedade.				
6. Porque não tem oportunidade fora da agricultura.				
7. Porque não tem/teve oportunidade de estudar.				
8. Fica na agricultura por outras razões.				
9. Não pretende ficar na agricultura.				
Respostas	Consolidado %	Transição %	Exclusão %	Total %
5	0,00	20,00	0,00	6,25
6	0,00	0,00	20,00	6,25
8	0,00	0,00	20,00	6,25
9	16,67	40,00	40,00	31,25
1 e 2	0,00	20,00	0,00	6,25
1 e 5	16,67	0,00	0,00	6,25
2 e 7	0,00	0,00	20,00	6,25
4 e 1	16,67	0,00	0,00	6,25
6 e 7	0,00	20,00	0,00	6,25
7 e 3	16,67	0,00	0,00	6,25
9 e 1	16,67	0,00	0,00	6,25
9 e 3	16,67	0,00	0,00	6,25
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

A masculinização do meio rural não pode ser encarada como decorrência “natural” do processo de desenvolvimento. A intensidade do êxodo juvenil feminino é a expressão da maneira como o poder se distribui no interior da família. As responsabilidades, o planejamento, a participação, a apresentação social na qualidade de agricultora é vedada às jovens: “o desempenho da mulher na produção familiar não é reconhecido socialmente porque o espaço ‘público’ continua sendo domínio masculino” (Panzutti, 1996, p. 9).

4. CONCLUSÕES E PROPOSTAS

Os padrões sucessórios dominantes na agricultura familiar são hoje uma ameaça ao seu próprio desenvolvimento e, conseqüentemente, à integridade do tecido social que responde pela ocupação de parte significativa do território brasileiro²¹. Até 20 ou 30 anos atrás, os jovens do meio rural obedeciam às regras que formaram os destinos de seus pais e permaneciam no campo, seja na propriedade paterna (*minorato*), seja em busca de mais terra na fronteira agrícola. Neste ambiente, é no papel de mãe e esposa de agricultor que se construía o futuro da maioria das moças.

Os agricultores familiares e suas organizações representativas não parecem preparados para enfrentar os novos desafios dos processos sucessórios: as mudanças nas condições objetivas e no ambiente social de reprodução da agricultura familiar não foram acompanhadas por transformações importantes nas formas de relação entre gerações e sexos. A ampliação do tempo de convívio profissional entre pais e filhos (decorrente do aumento na expectativa de vida da população como um todo) não alterou os papéis nem a distribuição do poder no interior da família, apesar do diálogo mais freqüente e aberto entre as gerações. Com isso,

²¹ É neste sentido que deve ser entendida a proposição da CEPAL (1996, p. 251) de que os jovens rurais "garantem a sustentabilidade" do desenvolvimento.

cai o estímulo dos jovens a prosseguir na profissão paterna. Quanto às moças, a permanência no campo é vivida, na maior parte dos casos, como fatalidade e não como opção.

Este tema é crucial para os dois programas por meio dos quais o governo e a sociedade procuram ao menos atenuar (e se possível reverter) os efeitos desagregadores do êxodo rural sobre a integridade do tecido social do campo brasileiro: a **Reforma Agrária**²² e o **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. É urgente que estes programas incorporem a seu funcionamento as dimensões de geração e gênero aqui abordadas, sob pena de participarem do processo que está fazendo do meio rural brasileiro, em escala crescente, um refúgio de aposentados que não conseguiram melhores oportunidades de vida nas cidades.

Estudo recente da CÉPAL (Rodríguez, 1996, p. 38) constata que na América Latina "... é raro que surjam atores sociais organizados na representação dos jovens"²³, e o Brasil não é exceção. Embora não se tenha abordado diretamente o assunto neste relatório, ficou claro pelo contacto estabelecido com algumas organizações ligadas ao tema que as questões sucessórias não fazem parte de sua agenda de trabalho. O mesmo se pode dizer das entidades gerais representativas como a Contag e a CUT. Estudos recentes a respeito dos movimentos sociais de mulheres²⁴ mostram, curiosamente, a corajosa abordagem de assuntos delicados e cruciais como a sexualidade, a saúde, o controle sobre o corpo, mas em nenhum caso entra em pauta a distribuição das responsabilidades e o viés de gênero ligado aos processos sucessórios.

²² Embora não seja correto usar o termo Reforma Agrária para caracterizar o processo de assentamentos "a conta gotas" que se realiza no Brasil. Para mais detalhes ver Abramovay (1995).

²³ Na maior parte das vezes, além disso, os programas voltados aos jovens concentram-se exclusivamente em atividades esportivas e de capacitação, não abordando a inserção no trabalho, a constituição dos casais, os processos migratórios, a participação social e política (Rodríguez, 1996, p. 48).

²⁴ A leitura dos trabalhos recentes de Stephen (1996) e de Navarro (1996) confirma esta impressão.

Além dos aspectos ligados às dinâmicas familiares (mas que não são um assunto privado e refletem padrões sociais de distribuição de poder) há um paradoxo frente ao qual o poder público e a sociedade civil podem se mobilizar: por um lado, o envelhecimento da população rural deve ampliar a quantidade de unidades produtivas abandonadas ou que servem simplesmente como moradia. Este abandono representa um desperdício de possibilidades produtivas não por falta de mercado ou de utilidade social das atividades desenvolvidas, mas pela inexistência de iniciativas economicamente viáveis para seu aproveitamento. Por outro lado, como foi visto, a maior parte dos rapazes gostaria de ter na agricultura sua realização profissional. Se para os filhos de agricultores consolidados é grande a possibilidade de realização deste projeto, o mesmo não pode ser dito dos filhos dos agricultores em transição e em exclusão. Existe aí um capital de conhecimentos e experiências acumulados que poderia ser colocado a serviço da valorização do meio rural, caso fossem implementados mecanismos que conjugassem as duas pontas: o desejo de muitos agricultores aposentados de vender suas propriedades com o projeto de tantos jovens que gostariam de construir seu futuro no campo.

Em documento anterior da FAO (1995) foram propostas **Sociedades de Ordenamento Fundiário** como um dos meios de promover o acesso à terra nas regiões de predomínio de agricultura familiar. Trata-se de um mecanismo amplamente aplicado, por exemplo, na França, e que respondeu pela transferência para as mãos de agricultores familiares de nada menos que um terço da superfície agrícola útil daquele país entre 1962 e meados dos anos 80. Os dados expostos neste relatório reforçam a importância deste tipo de iniciativa pela qual se pode atenuar o preocupante processo de envelhecimento do meio rural.

A mobilidade espacial da população brasileira hoje - especialmente dos jovens - não permite que se pense em qualquer forma de

“fixação do homem ao campo”; a revitalização do meio rural brasileiro passa, ao contrário, pela abertura, pela intensificação dos contatos econômicos, sociais e culturais com as cidades. A relação permanente com o mundo urbano torna necessário “estabelecer, de maneira explícita, o questionamento da dualidade campo-cidade” (CEPAL, 1996, p. 252). Um dos passos mais importantes neste sentido é a valorização de atividades rurais não-agrícolas. Embora estas atividades não tenham aparecido de maneira minimamente significativa em nossa pesquisa, elas são uma das preocupações importantes das instituições que lutam pelo desenvolvimento rural da região (governamentais e não-governamentais) e apresentam um potencial de desenvolvimento a ser cuidadosamente estudado e explorado. Tanto mais que as atividades rurais não-agrícolas podem atenuar o desinteresse das moças pela vida rural, uma vez que as liberam da necessidade de serem agricultoras.

Seja na agricultura ou em atividades rurais não-agrícolas, a iniciativa dos jovens vivendo hoje no interior da agricultura familiar encontra-se fortemente inibida, não só por razões estritamente econômicas, mas também pela natureza da relação entre as gerações e entre os gêneros. O interesse dos jovens pela vida no meio rural passa pela valorização de suas iniciativas e, portanto, pelas responsabilidades que eles puderem assumir no interior das unidades produtivas. Além do estímulo à discussão dos processos sucessórios no interior das famílias por parte das organizações representativas (inclusive das cooperativas), é fundamental que os jovens possam ser contemplados com programas de capacitação e linhas de crédito que propiciem a base material de sua afirmação como futuro agricultor.

Da mesma maneira, os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf deveriam contar em seu interior com a participação de rapazes e moças: este é o melhor caminho para que os jovens assumam não só o destino dos estabelecimentos onde pretendem se desenvol-

ver profissionalmente, mas também tomem nas mãos a construção de sua própria cidadania.

Apesar dos limites desta pesquisa, ela não corrobora com a opinião tão freqüente de que o acesso à educação é um elemento de estímulo ao abandono do meio rural. Vimos que existe uma clara consciência, por parte das novas gerações, da importância da educação para o exercício da profissão agrícola. Além disso, a hipótese de que fica na roça aquele filho com menos estudo não foi confirmada pelos dados aqui expostos. As iniciativas que estão surgindo em todo o país da “pedagogia da alternância” (onde os estudantes passam uma semana na escola e uma semana na casa) apontam para novas formas de despertar o interesse dos jovens para sua realização profissional e pessoal num meio que eles conhecem e que pode ser valorizado com seu trabalho. Já existe uma experiência acumulada a respeito das Casas Familiares Rurais, suficiente para que, por meio de um estudo sintético, o alcance e os limites deste método sejam avaliados. Tanto mais que, nestes casos, as próprias famílias têm assumido parte importante das despesas com a manutenção das casas e recebido em contrapartida as visitas sistemáticas dos professores que acabam atuando também como extensionistas.

5. AGRADECIMENTOS

Entre os contatos iniciais para a realização da pesquisa visitamos a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assesoar, em Francisco Beltrão, PR e o Movimento de Mulheres da região sudoeste do Paraná. O fato de não termos concentrado ali nossa pesquisa de campo não reduz a importância para nós das conversas que mantivemos.

Somos especialmente gratos a Christophe Lanoy, Itamar Pereira, Salete Escher, Adelmo Escher e aos amigos da Assesoar com quem pudemos conversar. Sem a solicitude de Zander Navarro, Bill Seiders, Inês Verkhauten, Walter Bianchini, Gilson Bittencourt, Doraci de Vargas Tavares, Eros Marion Mussoi e Valério A. Turnes no envio de material, dificilmente poderíamos dispor da base bibliográfica em que nos apoiamos. John Durston também contribuiu neste sentido, além de fazer importantes sugestões no andamento do trabalho e sobre o seu primeiro relatório parcial. Luciana Pazzinotto e outros membros da Pastoral da Juventude Rural nos receberam de maneira simpática. Celso Bach e a Prefeitura de Saudades foram de fundamental importância na organização do trabalho de campo, Sirlane Roversi, estagiária, não se limitou a colaborar no trabalho de campo, mas participou de todas as discussões em equipe e Pedro Abramovay nos apoiou na formatação das tabelas. Embora, com frequência, o tema de nosso trabalho nos obrigasse a invadir sua privacidade, fomos sempre muito bem recebidos pelas famílias entrevistadas. A cuidadosa revisão de Raul de Nadal e a leitura atenta de Carlos Guanzirolli, José Eli da Veiga, Gilson Bittencourt, Zander Navarro e Salete Cavalcanti evitaram, certamente, vários equívocos contidos na primeira versão do trabalho. Mas nunca é demais assinalar, como de praxe, que os ainda remanescentes são de inteira responsabilidade de seus autores.

Por último, mas não menos importante, agradecemos especialmente a FAO/Incra e à Epagri, pelo apoio financeiro para execução deste trabalho.

6. LITERATURA CITADA

01. ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Unicamp/Hucitec, 1992. 275p. (Estudos Rurais, 12).
02. ABRAMOVAY, R. La liaison incomplète: réforme agraire et démocratie. *Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris, n. especial – sur le “Estatuto da terra”, p. 191-197, 1995.
03. ABRAMOVAY, R.; MIRANDA, C. *Avaliação da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste de Santa Catarina - APACO*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1997. 28p. (Mimeo).
04. ABRAMOVAY, R.; VICENTE, M. C. M.; BAPTISTELLA, C. S. L.; FRANCISCO, V. L. F. S. Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola no Estado de São Paulo. *Agricultura em São Paulo*. São Paulo, v. 43, n.2, p. 67-88, 1996.
05. BIANCHINI, W.; BITTENCOURT, G. *Sistemas Agrários da Agricultura Familiar no Sul do Brasil - O Caso de Santa Catarina*; Relatório FAO; Brasília: FAO/INCRA, 1996. 62p. (Mimeo).
06. BOURDIEU, P. Reproduction interdite - la dimension symbolique de la économique. *Études Rurales*. Paris, n. 113/114, p. 14-36, 1979.
07. CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. Trabalho apresentado no 21. Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e pós-Graduação em Ciências Sociais. Caxambu, SP, 1997.
08. CEPAL. *Desarrollo rural sin jóvenes ?* Santiago, Chile, 1995. 23p. (Mimeo).
09. CEPAL. Division de Desarrollo Social. Juventud rural: fuerza de modernidad y democracia. In: CEPAL., *Juventud rural -*

- modernidad y democracia en América Latina*. Santiago, Chile, p. 15-32, 1996.
10. *Juventud rural - modernidad y democracia en América Latina*. Santiago, Chile, 1996. 260p.
 11. CEPAL. *Proposta de plano de ação regional para América Latina e o Caribe em relação ao ano internacional da juventude*. San José, Costa Rica, 1983. 19p. (Mimeo).
 12. COOK, J. F. Extension rural youth programmes. In: FAO. *Summary of Country Papers*. Rome, 1996. 47p.
 13. DESER. *Diagnóstico sócio-econômico da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná*. Curitiba: Deser/Ijuí: Unijuí/Francisco Beltrão: Assesoar, 1992. 153p. (Mimeo).
 14. DURSTON, J. Estratégias de vida de los jóvenes rurales en America Latina. In: CEPAL, *Juventud rural - modernidad y democracia en America Latina*. Santiago, Chile, p. 55-80, 1996a.
 15. DURSTON, J. *Comparative international analysis of rural youth policy in developing countries: coping with diversity and change*. Rome: FAO, p. 32-39, 1996b.
 16. ELLIS, F. *Peasant economics - Farm households and agrarian development*. Cambridge: Cambridge University, 1988. 276p.
 17. FAO. *Expert consultation on extension rural youth programmes and sustainable development*. Rome, 1996. 147p.
 18. FAO/IICA. *Marco de referencia conceptual para la orientación de programas con juventudes rurales en América Latina*. San José, Costa Rica, 1981. 30p. (Mimeo).
 19. FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília, 1995. 24p.
 20. FLITNER, A. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude. In: BRITO, S. (Org.). *Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 37-67, 1968.

21. GASSON, R.; ERRINGTON, A. *The farm family business*. Wallingford: Cab International, 1993. 290p.
22. IBGE. *Contagem da população - 1996*. Rio de Janeiro, 1997. v. I.
23. IBGE. *Censo demográfico*; Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1983. (IBGE. 9. Recenseamento Geral do Brasil - 1980, v. I, t.4, n.21).
24. IBGE. *Censo Demográfico - 1991*; Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1994. n.23.
25. KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S.M.P. A estrutura de produção no campo em 1980. *Perspectivas*. São Paulo, v. 12/13, p. 55-72, 1989/1990.
26. KAYSER, B.; BRUN, A.; CAVAILHÈS, J.; LACOMBE, P. *Pour une ruralité choisie*. Paris: Datar/Ed. de l'Aube, 1994. 132p.
27. MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna - In: BRITO, S. (Org.). *Sociologia da juventude I: Da Europa de Marx à América de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 69-94, 1968.
28. MMA. *A mulher agricultora em Santa Catarina*. Florianópolis: MMA/ Curitiba: Deser, 1994. 123p. (Mimeo).
29. MUNTON, R.; MARSDEN, T.; WARD, N. Uneven agrarian development and the social relations of farm households. In: BOWLER, I.; BRYANT, C.; NELLIS, D. *Contemporary rural systems in transition*. Wallingford: Cab Internacional, v. I, p. 61-63, 1992.
30. NAVARRO, Z. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990 In: NAVARRO, Z. (Org.) *Política, protesto e cidadania no campo; as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, p. 62-105, 1996.
31. NAVARRO, Z. (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo - as lutas*

- sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1996. 228p.
32. NOVAES, W. Até os excluídos não sabem. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 8 maio 1996. p. 5.
33. ORTEGA, E. La ruralidad y el futuro de los jóvenes rurales em Chile. In: CEPAL. *Juventud rural - modernidad y democracia en América Latina*. Santiago, Chile, p. 241-247, 1996.
34. ORTEGA, E. La trayectoria rural de América Latina y el Caribe. *Revista de la CEPAL*, Chile, v.47, p. 125-148, ago. 1992.
35. PANZUTTI, N. da P. M. Mulher rural: eminência oculta. *Informações Econômicas*. São Paulo, v. 26, n.3, p. 9-22, 1996.
36. PAPMA, F. *Contesting the Household Estate - Southern Brazilian peasants and modern agriculture*. Leiden, Holanda: Centre for Latin American Research and Documentation, 1992. 276p.
37. PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL. *Coleta de dados - pesquisa participante sobre juventude rural*. Passo Fundo: 1992. 127p. (Mimeo).
38. RODRÍGUEZ, E. Los desafíos de fin de siglo y la problemática juvenil en América Latina. In: CEPAL, *Juventud rural - modernidad y democracia en América Latina*. Santiago, Chile, p. 33-54, 1996.
39. SEYFERTH, G. Honra e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 52, p. 2-4, 1985.
40. SILVESTRO, M. *Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do Oeste Catarinense*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. 349p. Tese Mestrado.
41. STEPHEN, L. Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil In: NAVARRO, Z. (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo; as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais*

no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da Universidade, p. 29-61, 1996.

42. TESTA, V. M.; NADAL, R. de; MIOR, L.C.; BALDISSERA, I. T. e CORTINA, N. *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: (Proposta para discussão)*. Florianópolis: Epagri, 1996. 247p.
43. VEIGA, J. E. La situation de l'agriculture familiale. *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris: n. esp. , p. 139-150, 1995.
44. WOORTMAN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres*. Brasília: Hucitec/UNB, 1994. 336p.

A decisão da UNESCO em apoiar a divulgação desse oportuno estudo fundamentou-se em três grandes prioridades contempladas pela Organização, quais sejam, a redução da pobreza, o fortalecimento das políticas de apoio à juventude e a questão de gênero. Ao instante em que tanto o poder público quanto instituições da sociedade civil desenvolvem estudos e projetos de valorização da vida rural e de fortalecimento da agricultura familiar, a publicação da pesquisa **Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios**, representa uma contribuição importante às políticas públicas do setor. Ela mostra que “a iniciativa dos jovens vivendo hoje no interior da agricultura familiar, encontra-se fortemente inibida não só por razões estritamente econômicas, mas também pela natureza da relação entre as gerações e entre os gêneros”. Todavia, sugere caminhos para valorizar a participação dos jovens e ampliar o seu papel no interior das unidades produtivas, com destaque para a implementação de mecanismos que conjuguem “o desejo de muitos agricultores aposentados de vender suas propriedades com o projeto de tantos jovens que gostariam de construir o seu futuro no campo”.

Jorge Werthein
Representante da UNESCO no Brasil

